

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº 12

ABR/MAI/JUN 2025

O cortejo avança pelas ruas, carregando a força dos tambores e a alma da cultura popular. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso



CULTURA É TRANSFORMAR E RESISITIR

PAPO RETO

Margareth Menezes: "É na cultura que mora a alma do povo"

Pag. 17

NA PRÁTICA

Artivismo: o poder das artes e da cultura na mobilização cidadã

Pag. 35

EM PERSPECTIVA

Criolo dá a letra: cultura se constrói no dia a dia

Pag. 41

Acesse também
nossa revista digital
Distribuição gratuita.
Venda proibida.



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

02


 Acesse
 também nossa
 revista digital


Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Do interior à capital, da área urbana à rural: a cultura pulsa no Brasil

14 _____ VOZES EM AÇÃO

“A poesia marginal me tornou artista e me mantém viva, como um pulmão fora do corpo.”

17 _____ PAPO RETO

Margareth Menezes: “É na cultura que mora a alma do povo”

22 _____ RAIOS-X

Que país é este? A diversidade cultural do Brasil

27 _____ EM PAUTA

Documentando memórias para a perpetuação dos nossos saberes e fazeres

30 _____ EM PAUTA

Cultura e economia criativa agregam valor social e histórico, geram trabalho e impactam o PIB

33 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Crianças mostram como a arte conecta pessoas

35 _____ NA PRÁTICA

Artivismo: o poder das artes e da cultura na mobilização cidadã

41 _____ EM PERSPECTIVA

Criolo dá a letra: cultura se constrói no dia a dia

44 _____ MOBILIZE-SE

Criatividade impulsiona a cultura: conheça iniciativas que incentivam a mobilização nos territórios

47 _____ CIDADANIA DIGITAL

O pós-humano crítico em seu estado atual

49 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Legislações em tramitação no Congresso Nacional buscam valorizar e proteger os fazedores da cultura popular brasileira

52 _____ RETRATO BRASIL

Cultura que transborda por todo o país

Trilha de Saberes desta edição a partir da página 59.

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:

Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:

Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:

ESTÚDIOCAIS
 PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero

MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero

e Rodrigo Bueno

Redação: Daniele Próspero, Elvis Marques,

Isadora Morena e Maria Victória Oliveira

Coordenação dos canais digitais:

Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais:

Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Articulação: Ruivo Lopes

Estratégia de Formação: Alex Bastos

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Alessandra Miranda, Benilda Brito, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Comitê Editorial: Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Wagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala e Rosângela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Instituto Pólis, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: PAULUS Social

Editorial

Cultura como elemento libertador e emancipatório da sociedade

A Revista Casa Comum adota, em cada edição, um tema central para aprofundar, estabelecendo uma cadência e conexão entre os assuntos principais dos volumes anteriores, sempre interligados pelo contexto sociopolítico em curso. Desse modo, por que o tema da cultura – foco central deste número da revista – é tão urgente diante das questões que envolvem democracia, dilemas das cidades, urgências climáticas e educação, pautados ao longo das últimas publicações.

A origem da palavra “cultura” já deflagra tal relevância, que significa “cultivar, transformar”. Essa base conceitual é explícita na música *Cio da Terra*, de Milton Nascimento e Chico Buarque: “*Debulhar o trigo. Recolher cada bago do trigo. Forjar no trigo o milagre do pão. E se fartar de pão...*”. Eis a fantástica plasticidade do processo do que chamamos de cultura, como elemento transformador, agregador e criador.

O Papa Francisco, referência humanitária em nossos dias, aponta que não haverá mudança significativa no destino do planeta se não modificarmos o nosso estilo de vida, baseado na cultura do consumo, descarte e inconsequência com o comum. Para isso, é preciso promover uma cultura do cuidado, da sensibilidade, da alteridade e da gratuidade, contrapondo a lógica de financeirização da vida pelo primado do capitalismo ignorante e depredatório.

Já o conceito de cultura dialoga – e muito – com o conceito de educação, pois promove a capacidade do ser humano em produzir seus significados, emoções e percepções sobre o mundo e seus atravessamentos existenciais e políticos.

Num momento em que não vivemos ainda no novo paradigma como sociedade, a cultura é uma forma de resistência e de atualização crítica do que somos e deveríamos ser como humanidade e como planeta.

Nas quebradas, nas ruas, nos territórios periféricos, a cultura surge como uma oportunidade de denúncia e alerta para a cegueira da sociedade e o modo de se

organizar de forma excludente e injusta. A cultura, nesse sentido, é a expressão mais potente que atravessa o desejo e a razão atenta à realidade que o ser humano se envolve.

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, faz muito bem o casamento entre educação e cultura, ao apresentar que cada ser humano nasce para a liberdade, e que o processo histórico exige a autonomia do ser humano como sujeito, que deve aprender a ler o mundo, e não apenas interpretá-lo, mas que tenha capacidade e condições de o transformar. É a tradução mais coerente com a perspectiva da cultura como elemento libertador e emancipatório da pessoa e da sociedade como um todo.

Por isso, a cultura, como essa arte humana de produzir sentidos e percepções acerca da vida de forma direta e poética, não pode ser entendida como uma expressão menor, feita por poucos, que ousam criar e produzir, fora da lógica mecanicista de uma rotina capturada pelo interesse de mercado. A cultura deve ser entendida como elemento intrínseco do que entendemos por sociedade e política, como elemento patrimonial de um país e de uma nação.

Nas páginas desta 12ª edição, vamos conhecer práticas expressivas de promoção da cultura como forma de encontro, formação e produção de sentidos, em especial, onde o peso do sistema excludente social e econômico esmaga milhares de pessoas e todo o seu potencial criativo e imaginário.

Transformar a cultura como ferramenta de política pública é um desafio societário e não só de governos, de entender a cultura como um direito fundamental, assim como a alimentação e a moradia. Cultura é a base da existência humana. Uma nação que não coloca em sua mesa de prioridades a cultura é um país que não sonha com a soberania e nem espera que seu povo seja construtor da transformação do existente no hoje, baseado em sua tradição histórica.

Chamemos para nossas rodas e planejamentos artistas e produtores culturais, para pensar em outras formas de mobilizar e ressignificar mentes e corações para a utopia de um novo tempo, uma nova sociedade, uma nova política, uma nova vizinhança, uma nova comunidade e uma nova forma de ser e estar neste mundo a partir da poética da realidade e do Bem Viver.

Fábio Paes
Coordenador da Revista Casa Comum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

 Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
 São Paulo/SP - CEP: 03009-010

 Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

EM DESTAQUE

DO INTERIOR À CAPITAL, DA ÁREA URBANA À RURAL: A CULTURA PULSA NO BRASIL



Senhor Arnaldo Pereira, de família tradicional do Fandango, em Ariri, Cananéia (SP), 2021. A simplicidade do cenário contrasta com a riqueza do momento: a música que une vizinhos e amigos, passado e futuro. Foto: Mauricio Velloso

O acesso à cultura é um direito, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988. Não diferente de outras áreas, a população precisa lutar por sua garantia. Como políticas públicas e a atuação da sociedade civil têm lidado com esse cenário?

Por Elvis Marques e Isadora Morena

Incrustado no sertão piauiense, mais precisamente no município Coronel José Dias, que abriga 4.250 habitantes, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está o Instituto Olho d'Água (IOd'A), um espaço de cultura viva, onde funciona o Atelier e Biblioteca Dona Graça e o Centro de Memórias dos Povos da Serra da Capivara, onde também são oferecidas diversas oficinas artísticas e educativas para todas as idades, como capoeira, teatro e bordado.

Existente há onze anos, o IOd'A é uma iniciativa de resistência que preserva os modos de vida ancestrais e contemporâneos dos "Filhos da Serra", como são chamados aqueles e aquelas que vivem ao redor do Parque Nacional da Serra da Capivara.

O parque, que atualmente possui uma área de aproximadamente 130 mil hectares e abrange outros três municípios piauienses além de Coronel José Dias, foi criado em 1979 com o objetivo de proteger os vestígios arqueológicos que remontam à mais antiga presença humana na América do Sul. Por sua importância histórica, é considerado, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), um Patrimônio Cultural da Humanidade.

O IOd'A nasce da compreensão da cultura como ação política para a manutenção da memória e expressão da identidade do povo que vivia na região até o momento da criação do parque, e que resiste até hoje.



Marian Rodrigues, sócia-fundadora do IOd'A. Foto: Fernando Cardoso



Por trás da fundação do Instituto, tem um sonho, uma história de vida marcada pela expulsão da minha família quando o parque foi criado e o Instituto foi modelado com a vontade de contribuir com a minha comunidade após as minhas pesquisas de mestrado e doutorado, conta Marian Rodrigues, sócia-fundadora da organização.



Exposição de peças de arte em argila criadas pelas crianças atendidas pelo IOd'A. Foto: Divulgação

No período de criação do Parque, muitas famílias habitavam a região e foram retiradas, via desapropriação ou mesmo expulsão, passando a viver em seu entorno. A família de Marian foi uma daquelas expulsas, e ela cresceu ouvindo dos familiares lamentos sobre como havia sido difícil ter perdido tudo e sobre a importância de viver naquela área, sobre os costumes e modos de vida no território.

Isso despertou em Marian o desejo de entender porque o seu povo estava perdendo o direito coletivo de viver no lugar que tinha se tornado um "bem da humanidade". Ela passou a participar ativamente das ações do parque, se tornando assistente dos arqueólogos, e foi estudar Arqueologia em Portugal, onde cursou mestrado e doutorado na área de gestão de patrimônio.

Durante a pesquisa, viu a oportunidade de estudar a história do seu povo sob uma perspectiva diferente daquela encarada pelo Estado. De acordo com Marian, as pessoas que antes viviam na área do parque não destruíam a natureza, nem faziam mal àquele patrimônio, pelo contrário, tinham colaborado historicamente com a proteção e preservação daquela região.

"Fiz muitas entrevistas com a comunidade, com pessoas de várias faixas etárias. Como conclusão, a comunidade manifestou o desejo de ter os seus modos de vida também reconhecidos como patrimônio", declara a arqueóloga.



Grafitheiros da Brasilândia no Sarau da Brasa. São Paulo (SP). Foto: Sonia Bischain

É desse sonho compartilhado que nasce o Instituto, “um projeto da comunidade para a comunidade, uma iniciativa local com pensamento global, porque nós queremos que nossa história também seja contada assim como a ‘história da humanidade’ do parque”, enfatiza Marian, que desde 2018 passou a ser apenas voluntária da organização para assumir a chefia do Parque Nacional da Serra da Capivara.



Eleilson Leite, coordenador do Programa de Cultura da Ação Educativa. Foto: Evensen Photography

Atualmente, o IOd'A compõe a Rede Nacional de Escolas Livres do Governo Federal, tendo sido uma das 68 organizações da sociedade civil (OSCs) selecionadas pelo Programa Olhos d'Água – Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura para receber aporte financeiro do Ministério da Cultura (MinC) para a oferta de ações de formação continuada em arte e cultura.

Segundo a organização, o financiamento não apenas possibilitou a continuidade das atividades do IOd'A, mas também foi importante para dar visibilidade ao trabalho realizado em uma região isolada, consolidando a credibilidade da instituição perante a comunidade local e regional.

Mas, afinal, o que é cultura?

Do interior do Piauí à quebrada paulista, a cultura pulsa no Brasil de forma diversa. Ela está no que e como comemos, nas formas de vestir, falar e de se expressar, nas diversas linguagens artísticas e, até mesmo, na maneira como atuamos politicamente.

“Cultura é todo o nosso modo de viver, fazer e ser. É a soma de práticas, histórias e conhecimentos que formam a identidade de um povo”, afirma Marian. Pensamento comungado por Eleilson Leite, coordenador do Programa de Cultura da Ação Educativa, organização da sociedade civil, com sede em São Paulo. Ele entende cultura como “todo modo de vida”, a forma como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo à sua volta.

“**A cultura é regida pelo campo simbólico, pelos signos, mas não é algo etéreo, ela se materializa na realidade, se cria e se transforma a partir dos conflitos da sociedade**”, destaca Eleilson Leite.

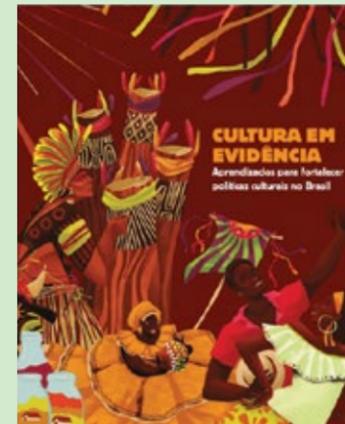
A Ação Educativa possui 30 anos de existência e tem como uma de suas linhas de atuação os direitos da juventude. Desde sua fundação, a organização percebeu que as juventudes se organizam muito por meio de coletivos de cultura. “Logo a instituição passou a ter contato com a cultura das periferias que se expandiu a partir da primeira década do século 21. Em 2006, resolvemos criar uma área de cultura entendendo que as periferias não são só territórios de carências; há muita potência nas quebradas”, afirma Eleilson.

A partir de então, a organização criou diversas iniciativas de fomento à cultura, como a Agenda Cultural da Periferia, o Espaço Cultural Periferia no Centro, reconhecido como Ponto de Cultura desde 2010, o Encontro Estéticas das Periferias e, mais recentemente, a Câmara Periférica do Livro, rede que reúne editoras e selos editoriais periféricos, entre outros projetos.

No momento, a Ação Educativa é um Comitê de Cultura, instrumento criado pelo MinC, via Programa Nacional de Comitês de Cultura (PNCC), para desenvolver, nos estados brasileiros, atividades de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoiar a elaboração de projetos e parcerias e promover comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais.

Eleilson, que é também pesquisador, autor de livros sobre cultura e conselheiro da Revista Casa Comum, destaca que “no mundo contemporâneo, as identidades estão em busca de afirmação e esse posicionamento se dá muito pela cultura.”

Nesse sentido, a cultura pode ser compreendida como um movimento político de manifestação da identidade de grupos e de segmentos da sociedade. “E, portanto, uma frente de luta”, analisa o conselheiro.



Panorama sobre o acesso cultural no Brasil

O setor cultural possui um papel importante na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, cerca de 3%. Isso mostra, por exemplo, que essa área movimenta e emprega mais do que a indústria automobilística. As informações compõem a publicação “Cultura em Evidência: Aprendizados para fortalecer políticas culturais no Brasil”, realizada pela organização C de Cultura em parceria com o Instituto Veredas.

A publicação destaca alguns dados e análises sobre o consumo e o acesso cultural no Brasil. Confira:

- A educação é apontada como um fator determinante no acesso à cultura. O percentual de pessoas que acessaram atividades culturais, em um ano, cresce à medida que o período de estudo aumenta. Essa variação é maior, inclusive, no acesso a teatros, museus e concertos de música;
- 55% das pessoas que têm nível superior frequentaram as atividades mencionadas anteriormente em um ano, enquanto 58% com nível fundamental nunca foram a nenhuma delas;
- A desigualdade cultural se manifesta ainda conforme a renda da população: 40% das pessoas das classes D e E nunca acessaram atividades culturais;
- Além disso, apenas cerca de 5% dos municípios oferecem uma variedade de eventos e ações culturais, equipamentos (museus, teatros, cinema e centro cultural) e destinos turísticos. Enquanto 34% apresentam diversidade apenas de grupos artísticos.

>> Acesse a publicação na íntegra: <https://culturaemevidencia.com.br>

Cultura em disputa

Segundo o pesquisador, a cultura tem o poder de abalar as estruturas, “às vezes para o bem, e às vezes para o mal.” Por essa razão, ela tem um potencial político muito importante e está em constante disputa.

Dessa forma, ele defende que a população vive em uma guerra cultural, “uma reação contra a liberdade na cultura, educação e ciência por parte de grupos ultraconservadores e de extrema direita.”

Como exemplo, Eleilson afirma que a ultradireita promove o “desmonte, o aparelhamento e a censura como estratégias de governo.” Nesse processo, foram desencadeadas perseguições a educadores e a artistas em todo o país, ações, segundo ele, turbinadas pelas redes sociais e pelo fundamentalismo religioso.

Eleilson ressalta que a primeira medida que o ex-presidente Jair Bolsonaro tomou, quando eleito, foi acabar com o Ministério da Cultura (MinC). E “não por acaso, a rebelião do 8 de janeiro de 2023 teve o patrimônio histórico e obras de arte como um dos alvos da ira dos golpistas.”

Políticas culturais para o território brasileiro



Atividade do Comitê de Cultura de Alagoas na Festa do Meado do Quilombo Lunga, em Taquarana (AL). Foto: Vanessa Mota

Com a mudança no governo federal, o Ministério da Cultura foi recriado. O setor cultural passou a aparecer nos discursos oficiais como uma força importante para a união e a reconstrução do país, lema do atual governo. [Confira uma entrevista exclusiva com a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, no Papo Reto, na página 17]

Eleilson enxerga o novo período como promissor para os fazedores de cultura. Apesar de reconhecer que há problemas e desafios na implementação das políticas culturais, ele acredita que a atual gestão está no rumo certo. “Hoje, há um orçamento bilionário para fomento, proveniente da Lei Paulo Gustavo (R\$ 3,8 bilhões), que tem um caráter emergencial, e é voltado quase todo para o audiovisual, e da Lei Aldir Blanc II, que garante R\$ 15 bilhões em 5 anos, R\$ 3 milhões por ano”, declara.

Já Célio Turino, historiador e escritor, vê com preocupação a forma com que a cultura tem sido conduzida neste momento. Ele também acredita que vivemos em uma guerra cultural e afirma que “os retrocessos culturais e políticos acontecidos no Brasil, a partir de 2013, com o avanço da extrema direita, negacionistas, brutalidades e ignorâncias, são resultados de erros na compreensão sobre a potência da cultura enquanto elemento fundamental na transformação de consciência.”

Célio foi secretário da Cidadania Cultural no MinC, entre 2004 e 2010, e o idealizador da Política Cultura Viva no Brasil, a qual integra a reconhecida iniciativa dos Pontos de Cultura. Após sua saída do Ministério, ele levou essa experiência para outros países e “hoje a Cultura Viva está presente em 19 países e é referência como política pública construída ‘de baixo para cima’”, declara.



Participação social na cultura

As conferências são instâncias de participação social em que o poder público e a sociedade civil organizada debatem e propõem diretrizes para a formulação de políticas públicas. Elas são setoriais. No caso da Cultura, foram realizadas apenas quatro conferências ao longo da história: 2006, 2010, 2014 e 2024.

Após um hiato de dez anos, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) reuniu mais de 3 mil pessoas em Brasília, em março de 2024. Os participantes foram indicados em conferências estaduais, distritais, municipais ou intermunicipais de cultura e em conferências virtuais, mobilizadas em todo o país.

Como resultado da CNC, foi elaborado um documento que elenca 30 diretrizes para o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil. Confira o relatório: bit.ly/RCC_12_01

Mais detalhes sobre as propostas podem ser conferidas no Papo Reto, na página 17.



Folião com seu tambor. Santa Maria da Vitória (BA), 2018. Foto: Thomas Bauer



Eu aprendi com os livros, aprendi na prática, mas também com o mestre Lumumba, o Paulão, líder da favela dos eucaliptos, mestre de viola e folia de reis, com Laudelina de Campos Melo, com o TC da Tainã, com a Marquesa, presidente do sindicato das empregadas domésticas em Campinas e que sugeriu a primeira experiência do que veio a ser o embrião do conceito de Ponto de Cultura”, ressalta Célio Turino.

Para ele, “as políticas públicas só são sustentáveis e transformadoras quando fincadas em raízes profundas e fruto da experiência vivida e compartilhada com o povo”, o que ele não observa atualmente.

O historiador acredita, por exemplo, que a estratégia do Programa Nacional dos Comitês de Cultura é equivocada e resultou na perda de 45% dos recursos em 2024 viabilizados pela Lei Aldir Blanc II.

“Muito mais eficaz que os Comitês de Cultura, como estruturas paralelas, seria o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura. Seguramente, assim, a cultura não estaria passando por esse retrocesso orçamentário”, opina Célio. Ele afirma que o Governo Federal deveria liderar o processo de estruturação dos sistemas estaduais e municipais de cultura com uma frente de ação e de diálogo.

Conhecendo o SNC

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão e promoção das políticas públicas culturais que prevê a ação conjunta entre os entes da federação – União, estados, Distrito Federal e municípios – e a sociedade.

O SNC foi criado para funcionar em um processo similar ao Sistema Único de Saúde (SUS), com um regime colaborativo, descentralizado e participativo, tendo como objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Pensado desde 1968, o SNC foi regulado em 2024, via aprovação no Senado Federal e sanção do presidente Lula (Lei 14.835) – depois de 12 anos de tramitação –, mas ainda apresenta diversas dificuldades para ser implementado nos estados e municípios.

Para a sua viabilidade, é preciso que todas as esferas da federação estruturem órgãos gestores da cultura; conselhos de política cultural; conferências de cultura; comissões intergestores; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura; e sistemas setoriais de cultura.

Saiba mais sobre o SNC:

■ bit.ly/RCC_12_02

■ bit.ly/RCC_12_03



Roberta Martins. Foto: Filipe Araújo / MinC

Já Roberta Martins, socióloga, educadora, gestora cultural e atual secretária dos Comitês de Cultura do MinC, defende o programa. Segundo ela, o PNCC foi criado para abreviar a distância da população com os recursos federais para a cultura. Seu objetivo é, portanto, “facilitar o acesso das pessoas, dos grupos culturais, do conjunto da sociedade, às políticas públicas de cultura articuladas pelo Governo Federal.”

De acordo com a secretária, “as políticas, como as da cultura, não podem reproduzir desigualdades. Os recursos não podem estar totalmente concentrados, eles precisam ser nacionalizados e precisam ser nacionalizados e democratizados.”

Conforme Roberta, o programa foi então idealizado para aproximar o MinC dos territórios, para que o ministério possa compreender como cada localidade funciona e quais são as suas demandas do ponto de vista de articulação, comunicação, formação e capacitação.

A secretária vê, nesse processo de diálogo com as comunidades e os fazedores de cultura, via PNCC, uma potencialidade para a efetivação do Sistema Nacional de Cultura, já que, para ela, sua implementação não se dará em um passe de mágica. “Um sistema articulado pressupõe o processo de escuta, de participação social, processos,

portanto, democráticos que precisam ser valorizados, praticados e afirmados no nosso país”, declara.

Segundo Roberta, a “diminuição da diferença de acesso a oportunidades culturais é importante para que a gente consiga articular a sociabilidade entre nós brasileiros”, tarefa, segundo ela, essencial para o fortalecimento da democracia.

Otimista, Roberta acredita que apesar de todos os desafios, a população brasileira vem compreendendo a cultura como

um direito. “A sociedade está nesse caminho, porque é pela cultura a única forma da gente sobreviver a esse mundo que se entristece.”

Para Célio, a razão de tantos retrocessos sociais e políticos no Brasil e no mundo é por conta da derrota no campo cultural, “quando se sucumbe a valores outros que não os da emancipação.” Segundo ele, “só a cultura, em sentido profundo, pode emancipar.”

Sobrevoos por algumas políticas culturais nacionais

Políticas	Descrição
Plano Nacional de Cultura	O Plano orienta as políticas públicas de cultura no Brasil, sendo criado pela Lei 12.343, em 2010. O seu principal objetivo é garantir a diversidade cultural, o acesso à cultura e promover o desenvolvimento cultural do país, conforme a Constituição Federal. Atualmente, o plano está sendo reformulado, a partir da participação social. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_04
Sistema Nacional de Cultura (SNC)	Criado em 2012 e regulado em 2024, o SNC é definido como um processo de articulação, gestão, informação, fomento e promoção de políticas públicas que envolve todos os entes da federação – estados, municípios e o Distrito Federal – e é controlado pela sociedade civil. O seu objetivo é transformar políticas culturais em políticas de Estado. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_05
Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC)	O PNCC, lançado em 2023, consiste, atualmente, em 26 Comitês de Cultura, comandados por organizações da sociedade civil (OSCs). A política prevê 27 comitês, incluindo o Distrito Federal, mas Sergipe ainda não dispõe de um comitê, além de 601 Agentes Territoriais de Cultura, selecionados via edital. Eles são as pontes entre os territórios e o MinC. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_06
Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)	Surgido em 2004, o antigo Programa Cultura Viva foi transformado em Lei, nº 13.018, em 2014, se tornando, assim, a PNCV. Essa é uma política gerida de forma compartilhada pelo MinC em parceria com governos estaduais, distrital, municipais, grupos e instituições culturais, gestores e produtores culturais e sociedade civil, para articular, apoiar, capacitar e fomentar ações realizadas por entidades, coletivos e agentes culturais em seus territórios. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_07
Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei Aldir Blanc)	A Lei 14.399 de 2022, que deu origem à Política, consiste em fomentar a cultura em todos os estados, municípios e no Distrito Federal. Com recursos previstos até 2027, a política visa estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura, mediante repasses da União aos demais entes federativos de forma contínua. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_08
Rede Nacional de Escolas Livres	Criadas em 2023 pelo MinC, as Escolas Livres foram selecionadas via edital, organizadas em rede e oferecem formação integral em artes visuais, livro e leitura, capoeira e cultura digital, ampliando o acesso de crianças e adolescentes às diversas linguagens artísticas e à cidadania. Participam do projeto, atualmente, 68 organizações da sociedade civil. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_09
Lei Paulo Gustavo	A Lei Complementar Paulo Gustavo, nº 195/2022, é destinada a profissionais da cultura, permitindo o acesso a recursos por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços ou outras formas de seleção pública simplificada. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_10
Marco Regulatório de Fomento à Cultura	A Lei 14.903 de 2024 introduz regras e instrumentos mais eficientes para os gestores públicos, além de democratizar o acesso às políticas culturais, especialmente para agentes das periferias e das culturas tradicionais, negras e indígenas. >> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_11

* Há várias outras políticas setoriais – museus, livro e leitura etc. Para conferir e saber mais, acesse: www.gov.br/cultura/pt-br

Juventude em defesa de sua cultura ancestral



A especulação imobiliária tem afetado o acesso à nossa cultura em Alter do Chão. Tudo hoje é voltado para apresentarmos aos turistas. O turismo é importante para nós, mas com o seu crescimento, não estamos tendo mais acesso. Por exemplo, o Carimbó do Mestre, que foi criado pela gente e para a gente, hoje não temos mais acesso a esse espaço de cultura”, conta Samara Borari, ativista ambiental e comunicadora popular.



Samara Borari. Foto: Coletivo Potira

Para entender esse problema, é preciso, primeiro, voltar alguns anos, quando Samara era criança e recebeu em suas mãos uma câmera fotográfica para participar, juntamente com demais estudantes, do Projeto Escola D’Água. “Isso me despertou algo, e eu comecei a gostar muito de fazer fotos do que acontecia em meu território”, relembra.

A jovem, hoje com 23 anos, se refere à Aldeia Alter do Chão, território indígena da etnia Borari que se confunde, após o forte crescimento imobiliário, com o destino turístico homônimo, às margens do rio Tapajós, na região de Santarém (PA). O local já foi eleito pelo jornal britânico The Guardian como a praia de água doce mais bonita do mundo.

Mudança de hábitos

Em reportagem publicada em 2021, o jornal local Tapajós de Fato aborda a “gentrificação” de Alter do Chão. O termo em inglês representa, em tradução literal, um processo de elitização da área.

Na época, a indígena lanny Borari relatou ao *site* de notícias que uma das principais mudanças percebidas foi a relação cultural que a sua etnia tinha com o rio: “As pessoas mais velhas costumavam utilizar a água do rio para suas atividades diárias. Sempre tomamos banho para ir à escola de manhã cedo, para lavar roupa, era cultural, porém com o aumento do fluxo de turistas, devido às praias e aos eventos culturais como o Sairé, grandes empresários abriram os olhos para a região e compraram as áreas mais privilegiadas.”

>> Confira a reportagem na íntegra em: bit.ly/RCC_12_12

A Terra Indígena (TI) Borari ou Aldeia Alter do Chão, conforme o Instituto Socioambiental (ISA), está na primeira etapa do processo de regularização fundiária: a de identificação. O primeiro de muitos passos para chegar ao reconhecimento definitivo da comunidade. E parte dessa problemática começou a ser registrada e divulgada por Samara.

“Eu gostava muito da fotografia, só que não conseguia mostrar, por meio dela, tudo o que acontecia no território. Conforme eu crescia e trabalhava com a juventude, falávamos dos impactos que o nosso território sofria. Foi a partir disso que a comunicação entrou na minha vida”, conta a comunicadora popular.

Além da fotografia, Samara passou a atuar com rádio e a produção de podcasts, especialmente um chamado *Rio de Saberes*. “A rádio é o maior veículo de comunicação que a gente tem na Amazônia. Mas quis conhecer outras formas de me comunicar. Foi quando eu comecei a gostar de gravar vídeos, sobre coisas que aconteciam no território, mas com a nossa linguagem jovem.”

Juntamente com uma amiga oriunda do Amapá, Samara buscava mostrar, em seus vídeos, as belezas e problemáticas presentes na Amazônia paraense, como a seca, o fogo e a especulação imobiliária, e como isso afetava a sua comunidade. “Eu cresci no contexto onde muitas pessoas do Sudeste vinham falar sobre a Amazônia, da minha região, principalmente, mas não falavam o que eu via diariamente. Isso me incomodava muito.”

Esse incômodo levou a dupla de amigas a se inscrever no Festival de Cinema de Alter do Chão, o Cine Alter, em 2022, que premiaria as melhores produções que abordassem “as diversas Amazônias”, em específico a floresta paraense. O tema do curta-metragem de Samara foi “Um iPhone e um sonho”, o qual abordou o Rio-Mar, que significa Pará em Tupi-Guarani, além dos desafios enfrentados pela aldeia, a partir de relatos dos anciãos.

Esse primeiro vídeo rendeu um prêmio de R\$ 500, valor investido na compra de material para continuar e aperfeiçoar as produções. A exposição das duas jovens fez com que outras mulheres indígenas fossem ao seu encontro, no intuito de participar daquele movimento e produções, o que resultou no Coletivo Potira, um grupo de audiovisual formado por sete mulheres.

Samara e o Coletivo já planejam as próximas produções, que devem abordar a história de Alter do Chão, a partir do olhar das pessoas mais velhas, e de elementos que fazem parte da cultura de seu povo, como a “Catraia”, as canoas utilizadas pelos indígenas no rio Tapajós para os diversos afazeres diários.

A jovem explica que, até o momento, a atividade audiovisual é totalmente independente: o Coletivo realiza os filmes, inscreve em festivais e tenta a seleção em premiações para ajudar nas próximas produções, tudo sem nenhum apoio financeiro. A escrita de projetos em editais, a burocracia e a falta de oficinas são os principais entraves para o Coletivo participar dos processos seletivos.



Nós temos muita dificuldade em escrever os projetos e, principalmente, de preencher as planilhas orçamentárias. Ficamos carentes de informações e de como fazer. Às vezes, perguntamos a uma ou outra pessoa que já participou dos editais. E quando tem os cursos de explicação dos editais, eles lotam rápido. Enquanto isso, utilizamos equipamentos emprestados pelo marido de uma das integrantes do Coletivo, como a câmera”, conta Samara.

Cultura e clima: conexão urgente e necessária

Para Samara – assim como para diversos povos e comunidades tradicionais – cultura, clima e meio ambiente não são questões dissociadas. Como relataram as indígenas, o crescimento imobiliário, assim como o turismo, afetam os seus modos tradicionais de vida. Um exemplo citado por ela é a fumaça dos incêndios que afetou o Círio da Conceição, em Santarém, no ano de 2024. Ou seja, o fogo desenfreado na floresta amazônica afetou uma das principais manifestações culturais e religiosas da região.

Samara sabe ainda que a poluição dos rios afeta a piracaia, que é a tradição do peixe fresco assado na folha de bananeira às margens do rio. As mudanças nos estilos de construções locais afeta o modo ancestral de como as moradas dessas populações eram construídas. “Nós, que somos moradores da Vila [de Alter do Chão] começamos a não ter mais espaço, nem para nós e nem para vivermos as nossas culturas, como o Carimbó do Mestre ou o Festival dos Botos”, analisa a jovem.



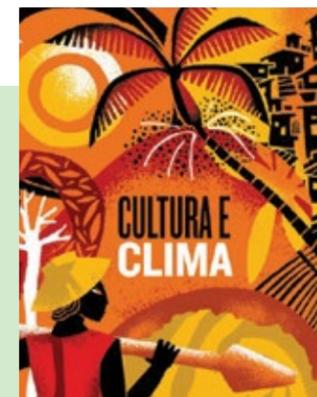
Carimbó é uma dança de roda que combina música, dança e tradição do nordeste do Pará. Belém (PA), 2019. Foto: Thomas Bauer

Ao encontro dos exemplos apresentados por Samara, as organizações C de Cultura, Outra Onda Conteúdo, em parceria técnica com o Instituto Veredas, lançaram a pesquisa *Cultura e Clima*, em 2024, com o objetivo de integrar essas duas agendas, destacando as principais evidências nacionais e internacionais que existem sobre a conexão dos temas e os caminhos e obstáculos encontrados para o desenvolvimento de políticas e programas de cultura e questões climáticas. Hoje, diante da emergência climática que assola o mundo, esse debate se torna ainda mais urgente e necessário.

Mariana Resegue, diretora executiva do C de Cultura, destaca que a organização nasceu em 2016, e começa a atuar diretamente com os(as) fazedores(as) de cultura, no interior do país ou nas periferias. Desde o princípio, segundo Mariana, a entidade busca valorizar a diversidade de expressões culturais relacionadas à riqueza, com foco em um Brasil mais justo e sustentável.

“Temos trabalhado muito nessa intersecção, da diversidade cultural e de como fortalecer e ampliar os direitos culturais, e pensando nessa conexão que a cultura tem com os territórios em que ela está inserida. É um ciclo contínuo, o bioma influencia a cultura, e vice-versa. E quando pensamos em mudanças climáticas, em transformação do território, isso também faz parte dos arranjos culturais”, explica a diretora.

A partir desse entendimento, Mariana explica que a organização tem trabalhado na lógica de valorizar a cultura como pilar fundamental para qualquer tipo de desenvolvimento sustentável



A publicação *Cultura e Clima* identifica desafios essenciais para o campo e traça caminhos estratégicos para a construção de políticas e programas com a integração da cultura e do compromisso ambiental. Confira, a seguir, as principais evidências apresentadas no documento:

- A arte e a cultura possuem um grande poder de mobilização social, podendo sensibilizar e engajar a sociedade na luta contra as mudanças climáticas.
- As mudanças climáticas têm alterado a forma como as comunidades interagem com o seu território, resultando na perda de práticas culturais tradicionais e na ameaça ao patrimônio imaterial.
- As práticas culturais de povos indígenas e comunidades tradicionais são importantíssimas na preservação da biodiversidade e no manejo sustentável dos ecossistemas, apesar de ainda sofrerem com sua baixa institucionalização em políticas e programas.



Criança explora o som do tambor, simbolizando a conexão entre gerações e a continuidade das tradições. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso

que for pensado para o país. “Temos discutido sobre o tema e tentado influenciar o investimento social privado [ISP]. Estamos sistematizando novas pesquisas, sínteses e evidências sobre a área. Porque viemos de um período de grande desmonte do campo da cultura, para podermos pensar, a partir do campo de ISP, esse fortalecimento.”

- O contexto de mudanças climáticas demanda a construção de uma governança cultural para a agenda climática, de modo a gerir efetivamente os riscos de desastres para o patrimônio cultural e natural, além de garantir o pleno exercício dos direitos culturais.
- Apesar de muitos artistas e organizações culturais já estarem conectados às pautas ambientais, as políticas culturais ainda não fomentam a ação climática de forma sistêmica e efetiva.
- Na maioria dos países, é incipiente o fomento a planos e programas que integrem cultura e clima, sendo necessário o desenvolvimento de arranjos e mecanismos de financiamento para pesquisa, formação, comunicação e iniciativas que atuem nessa intersecção.
- No âmbito do setor privado, empresas e festivais têm importante papel na conscientização e adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas ainda apresentam baixo engajamento efetivo nessas ações.
- É essencial o mapeamento e o registro de aprendizados de iniciativas locais e internacionais que possam ser adaptadas aos diversos contextos brasileiros.

>> Conheça o estudo completo em: culturaclima.com.br

Mariana defende a importância da produção de conhecimento, como os estudos *Cultura em Evidência* e *Cultura e Clima*, a partir do contexto brasileiro e da lógica do Sul Global, de modo que a população e as organizações da sociedade civil tenham instrumentos em mãos para chegar fortalecidas aos espaços de debate, especialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, que ocorre em Belém (PA), em novembro deste ano.

Lideranças mundiais e a cultura

Ao fim do Encontro do G20 – o grupo que reúne as vinte maiores economias do planeta – no Rio de Janeiro (RJ) em 2024, a tão aguardada declaração final, costurada antes e durante o evento pelas relações exteriores dos países, mencionou temas como a liberdade artística e direitos trabalhistas para o setor cultural. O parágrafo 28 do documento reconhece “o poder e o valor intrínseco da cultura no fomento à solidariedade, ao diálogo, à colaboração e à cooperação, promovendo um mundo mais sustentável.”

Sobre a questão trabalhista e os direitos autorais, a declaração afirma: “tanto *on-line* quanto *off-line*, em conformidade com os marcos de direitos de propriedade intelectual e as normas internacionais de trabalho, visando à melhoria do pagamento justo e a condições de trabalho dignas.”

Durante o evento, Margareth Menezes, Ministra da Cultura, destacou que a declaração do G20 “reconhece, de forma inédita, o potencial da cultura para promover ações que atenuem os efeitos das mudanças do clima”. A informação é da Agência Gov, do governo federal.

Vale destacar que essa não é a primeira vez, nos últimos anos, que a cultura ganha destaque nos encontros com lideranças mundiais. Durante a Conferência do Clima, a COP 29, no Azerbaijão, em 2024, ocorreu o segundo encontro ministerial do Grupo de Amigos da Cultura pela Ação Climática, um movimento organizado em conjunto com o MinC.

A coalizão reúne países e entidades de diferentes partes do mundo com o objetivo de mobilizar as forças culturais na proteção de patrimônios materiais e imateriais, além de dar visibilidade a esse desafio que afeta diretamente a identidade dos povos.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), presente na última Conferência, compartilhou experiências e propôs parcerias para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas ao patrimônio cultural.

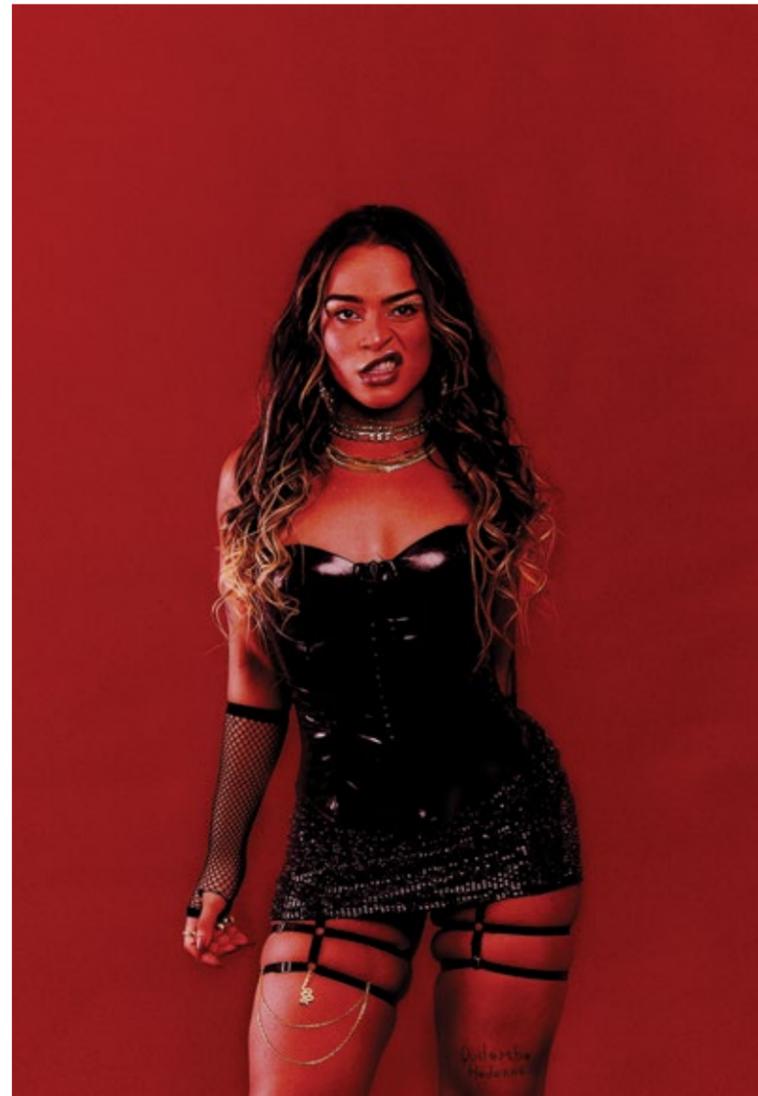
>> Leia o documento do G20 no Rio de Janeiro: bit.ly/RCC_12_13

Vozes em ação

Por Susana Sarmiento



A poesia marginal me tornou artista e me mantém viva, como um pulmão fora do corpo.”



Bixarte. Foto: João Arraes

A arte sempre fez parte da construção social de Bianca Manicongo, conhecida como Bixarte. Aos oito anos, em João Pessoa, na Paraíba, teve acesso a aulas de circo, teatro e música pela organização da sociedade civil “Para o Dia Nascer Feliz”, onde permaneceu até os 16, apaixonando-se pelo teatro. “Na arte, entrei num processo de curar aquilo que não tinha cura”, relembra. Aos 18 anos, descobriu o *slam* e a literatura marginal, que lhe deram voz para denunciar situações de violência e desrespeito.

Atriz, cantora e poeta trans, Bixarte tem uma trajetória marcada por uma diversidade de projetos no campo da cultura. Em 2023, participou da terceira temporada da série *Cine Holliúdy*, da Rede Globo, como a personagem Perversa, e, em 2023, estreou com Renata Sorrah a peça *Ao Vivo na Cabeça de Alguém*, da Cia Brasileira de Teatro. Também é cofundadora da Casa da Baixa Costura, organização paraibana que acolhe e capacita pessoas trans, travestis e não-binárias, promovendo oficinas de dança, eventos independentes e produções musicais.

Bixarte começou a lançar músicas em 2019, com o EP (*Extended Play*) *Revolução*, seguido pela *mixtape* *Faces* (2020)*.

*O EP é um formato intermediário entre single e um álbum e pode ter de quatro e seis faixas com uma duração total de 30 minutos, como um mini álbum. E o *mixtape* é como um compilado de canções, em geral com direitos autorais e fontes alternativas, e possibilita o artista experimentar novas versões musicais sem o custo de um álbum.

Em 2023, produziu o primeiro álbum de estúdio, *Traviacado*, patrocinado pela Natura Musical. O trabalho, que reúne participações de artistas como Bia Ferreira e Urias, alcançou mais de dois milhões de plays. “Faço arte para contemplar minha mulheridade. Quero criar a arte da mulher que sou, não daquela que colocaram sobre o meu corpo”, reflete.

Bianca acredita no papel transformador da arte: “Os artistas geram opiniões e têm o poder de transformar a sociedade. Precisamos ocupar espaços e gerar impacto. Não podemos ficar apenas criando arte seletiva”. Sua causa é focada nas mulheres trans em vulnerabilidade social: “O Brasil é o país que mais mata mulheres trans. Minha música é para mostrar a elas que há propósito na vida.”

Os números são alarmantes. Segundo o Ministério da Saúde, em 2022, 19 pessoas trans foram agredidas, em média, por dia. Mulheres trans e travestis negras são as principais vítimas: 64% dos casos de violência contra pessoas trans envolvem mulheres, e 60% das travestis atacadas são negras. “É o 17º ano consecutivo que o Brasil lidera esses assassinatos”, afirma.

Bixarte busca criar narrativas para seu público. Hoje, escreve um monólogo sobre uma mãe negra que perdeu sua filha travesti para a polícia. Também está em turnê com um espetáculo da Cia Brasileira de Teatro e se prepara para o lançamento do seu segundo álbum. “Será um disco sobre amor. Travesti falando de amor é um ato político. Já casei,

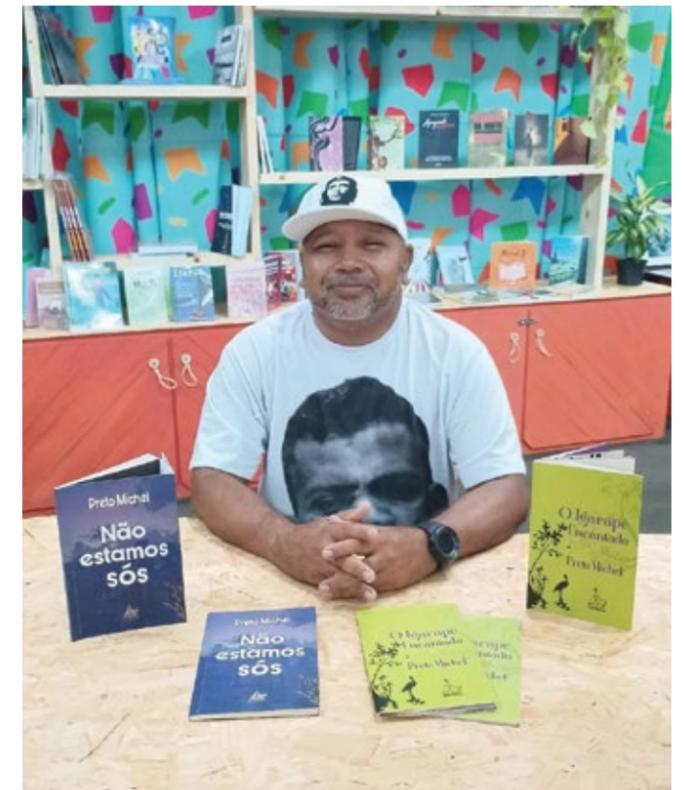
chorei, fui corna. Agora quero explorar o afeto.” Entre suas referências está Maju, uma travesti negra baiana.

O *slam* segue como pilar de sua trajetória. “A poesia marginal me tornou artista e me mantém viva, como um pulmão fora do corpo. Não consigo mais ficar calada diante de tanta desigualdade, racismo e transfobia.” Desde o início, sua arte tem como público mulheres de comunidades marginalizadas. “Fazia poesia para minha mãe, uma mulher preta que não se reconhecia como negra. Minha intenção nunca foi ser compreendida pela academia, mas mostrar às mulheres de favela que podem lutar pelos seus direitos, denunciar violências e enfrentar o racismo.”

>> Saiba mais em: www.instagram.com/bixarte



“Eu sou um ser periférico e carrego meu território em meu corpo e em tudo o que faço.”



Preto Michel. Foto: Arquivo pessoal

Michel Jackson Morais Sarmento, natural do interior de Salinas, mudou-se para Belém do Pará aos quatro anos e possui 25 anos de trajetória na literatura. Começou a escrever aos 22, após uma juventude marcada por desafios. Dos 13 aos 18 anos, participou de gangues de rua e chegou a ser internado na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Inspirado pelas letras do grupo Racionais MC's, o rap transformou sua vida. Se envolveu com o movimento *hip-hop*, apaixonando-se pelo rap, o *break* e o grafite no final dos anos 1990.

Na periferia de Belém, atuou em movimentos juvenis, organizando eventos comunitários e estudando defesa de direitos e pautas sociais. Com participação ativa no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), fortaleceu sua identidade como homem preto e adotou o nome artístico Preto Michel. Sua transição da pichação para o grafite, o inseriu em contextos culturais e políticos mais engajados.

Em 2005, participou de um evento sobre mídias alternativas no Sesc Avenida Paulista, em São Paulo, representando o Movimento Hip Hop da Floresta, que unia o *hip-hop* à luta pela preservação da Amazônia. Nessa viagem, conheceu o movimento de literatura marginal e nomes como Sérgio Vaz, Alessandro Buzo e Ferréz, além de outros escritores da Cooperifa - um sarau com mais de 20 anos organizado por Sérgio Vaz no bar do Zé Batidão, zona Sul da capital paulista. Inspirado pelos saraus periféricos, começou a escrever poesias e contos.

Em 2007, retornou a São Paulo e participou de eventos com personalidades, como BNegão e Alessandro Buzo. Foi nesse período que começou a registrar suas poesias e contos, inspirando-se em vivências cotidianas, como a história de um menino conhecido como "Cochi", que transformou em um conto ficcional chamado o Carequinha da Vila da Barca, relançado no livro *O amor venceu a Guerra*. Seu primeiro livro de contos, *O Assobio da Matinta Pereira*, surgiu após sua participação na coletânea *Pelas Periferias do Brasil* - Volume 4, em 2012.

Com 16 livros publicados, que vão de contos infantis a histórias de terror, Preto Michel busca retratar narrativas inspiradas na realidade de sua comunidade. Entre seus contos, um dos mais marcantes é *O Catador de Sucata* sobre

um homem negro catador de sucata, que superou inúmeras dificuldades e suas filhas conseguiram estudar medicina na universidade pública.



Sempre circulei muito nas periferias e gosto de escutar demais. Observo muito as pessoas. Tem história que fiz baseada na escuta de conversas no ônibus. Minha maior inspiração são pessoas, quebradas e situações, destaca o escritor.

Desde 2005, Preto atua como arte-educador, ministrando oficinas de grafite e promovendo a educação popular em organizações sociais. Em 2017, criou o projeto Escambo Literário, levando artistas e escritores para escolas em bairros periféricos, promovendo oficinas e palestras que incentivam a escrita e a oralidade. O projeto já passou por cerca de 300 escolas em Belém, resultando em publicações feitas pelos próprios alunos, como na Feira do Livro Pan-Amazônica de 2023.

Além de sua produção literária, Preto fundou o selo editorial Letras Periféricas em 2014, publicando obras de quase 30 autores das periferias de Belém. Também empreende ao lado de sua companheira na empresa de roupas Nega Neguinha.

Neste ano, Preto Michel se dedica ao lançamento de seu próximo livro, com presença nas principais feiras literárias e, em maio, irá iniciar as oficinas educativas nas escolas com o projeto Escambo Literário. Ele também participará do projeto Arte da Palavra - Rede Sesc de Leituras, viajando por 10 estados com oficinas e palestras.

>> Conheça mais em: www.instagram.com/pretomichel42

“A cultura salvou minha vida. O movimento negro, o hip-hop e a literatura me transformaram. Hoje sou um escritor conhecido nacionalmente, e isso me traz uma responsabilidade enorme. Tudo que conquistei veio da literatura. Eu sou um ser periférico e carrego meu território em meu corpo e em tudo o que faço”,

conclui Preto Michel.



Acesse todos os links desta matéria a partir do QR Code (aponte a câmera do seu celular):



PAPO RETO

MARGARETH MENEZES: “É NA CULTURA QUE MORA A ALMA DO POVO”

Em entrevista exclusiva à Revista Casa Comum, a Ministra da Cultura reflete sobre o desafio de comandar a pasta recriada, as políticas públicas do setor, orçamento e a relação com estados e municípios.

Por Elvis Marques

No início da década de 1980, Margareth Menezes da Purificação Costa ingressa na carreira artística, primeiro como atriz no Teatro Vila Velha, em Salvador (BA), sua terra natal. Esse seria apenas o primeiro passo de uma carreira que ultrapassaria as fronteiras baianas e brasileiras. Atriz, cantora, compositora, e, desde o início de 2023, Ministra da Cultura.

Ainda nos anos 1980, Margareth passou a se dedicar, sobretudo, à música, que a levaria para gravadoras, turnês e premiações internacionais. Com as suas canções, a baiana já atingiu o topo das paradas de sucesso na Billboard World Albums e foi indicada às premiações do Grammy Latino e Grammy Awards, além de diversos outros feitos.

Em paralelo à carreira resiliente de Margareth, o Ministério da Cultura (MinC) saiu das atribuições da pasta de Educação e ganhou uma estrutura própria, em 1985, durante o governo de José Sarney. Daquele período em diante, seria o MinC a buscar resiliência entre a classe artística nacional para sobreviver. Por diversas vezes, foi atacado, reduzido a secretarias, incorporado por outros ministérios ou relegado aos baixos orçamentos.

Nos últimos anos, a pasta não teve vida fácil, e Margareth Menezes, com mais de 40 anos de trajetória artística - tempo semelhante à criação do MinC -, tem o desafio, junto com a equipe do Ministério, de reorganizar a estrutura,



Margareth Menezes participa da inauguração da reforma e modernização do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Foto Victor Vec / MinC

garantir orçamento público, retomar o diálogo com os entes federativos e, sobretudo, colocar para funcionar políticas públicas para uma das áreas mais castigadas com a pandemia de Covid-19.

A Ministra da Cultura fala sobre os desafios da pasta e a perspectiva para os próximos anos na entrevista que concedeu com exclusividade à Revista Casa Comum. Confira:

Revista Casa Comum: Ministra, a senhora tem uma carreira consolidada na música, nacional e internacionalmente. O que a fez aceitar o convite e o desafio para ser titular do refundado Ministério da Cultura?

Margareth Menezes: Quando aceitei o convite do nosso presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir o MinC, enxerguei como uma grande missão e uma oportunidade para ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social por meio da cultura.

“

Como artista, entendi que minha vivência dentro do fazer cultural – com mais de 40 anos de carreira – e conhecendo bem o setor, poderia contribuir para a reconstrução da pasta e das políticas públicas que haviam sido desmontadas.”

Revista Casa Comum: A senhora vem de um estado e de uma cidade que pulsam cultura por todos os cantos. Qual é a receita para lidar, em uma pasta, com tanta diversidade cultural em um só país? E qual a importância da cultura para uma nação?

Margareth Menezes: Nosso país é muito rico e com diversas expressões culturais. Desde que assumimos, reatamos a nossa vocação do diálogo, do trabalho e da compreensão do Brasil em toda a sua diversidade. Além disso, trabalhamos pela nacionalização do investimento e pela democratização do acesso, porque respeitamos o princípio de que cultura é um direito de todas e todos.

As políticas culturais do governo do presidente Lula são para atender o povo brasileiro e mostrar esse potencial, a riqueza que é a nossa diversidade, acolhendo a todos. A cultura, além de fortalecer a identidade nacional, é um importante vetor de transformação social, humana e de desenvolvimento econômico e sustentável para o país.

Revista Casa Comum: Como foi o processo de retomada do MinC a partir da sua extinção nos últimos governos, redução a secretarias, sucessivos cortes orçamentários, trocas de chefias da área e relação com os estados e municípios?

Margareth Menezes: Encontramos toda uma estrutura de cultura sucateada, a arte não era reconhecida como prioridade na gestão anterior. Com a retomada do MinC, reestruturamos a pasta e estabelecemos novas ações estratégicas. Uma das iniciativas é que, a partir de agora, todos os estados passarão a ter o seu escritório e o seu Comitê de Cultura, para aproximar as políticas públicas do setor, qualificando a gestão junto aos estados e municípios, além de reforçar a participação popular.

Revista Casa Comum: Qual seria o motivo da cultura ser uma das primeiras áreas a sofrer repressão tanto em regimes antidemocráticos quanto da extrema direita?

Margareth Menezes: É na cultura que mora a alma do povo, os valores, a liberdade de pensamento, resistência e a prática da cidadania. A cultura também é uma poderosa ferramenta para promoção de justiça e superação de desigualdades sociais. Por isso, esses regimes buscam controlar a narrativa cultural para impor sua visão política e eliminar tudo que desafie suas bases de poder.

Revista Casa Comum: E como estão os Conselhos Municipais, Estaduais e Distrital de Cultura? As secretarias da área? Quais foram – ou estão sendo – os maiores desafios para retomar essa articulação entre MinC e as localidades?

Margareth Menezes: A Lei 14.835, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sancionada em 2024, estabelece que os conselhos de política cultural dos entes federativos que aderirem ao SNC são órgãos permanentes, constituídos com a finalidade de pactuar políticas públicas de cultura, que devem considerar a diversidade territorial e cultural e ter caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, integrando a estrutura básica dos órgãos gestores de cultura, com composição, no mínimo, paritária da sociedade civil em relação aos membros dos poderes públicos.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão que foi enfraquecido durante a gestão anterior, está em processo de reestruturação, para garantir uma ampla representação dos setores da cultura nacional, bem como uma representação equitativa dos estados e regiões.

A reestruturação do CNPC deve servir como modelo para inspirar a criação ou reestruturação dos conselhos de política cultural de estados e municípios, tendo em vista a consolidação do SNC, e, para isso, a Coordenação do Conselho, vinculada à diretoria do SNC, tem estabelecido diálogo com os conselhos estaduais, realizando escutas sobre como deve ser a organização e funcionamento desses colegiados.

Por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), essa relação com estados e municípios e com as suas instâncias de participação social está sendo fortalecida, criando uma conscientização sobre o importante papel que os conselhos de cultura devem exercer em relação aos planos e fundos de cultura na sua esfera respectiva.

Revista Casa Comum: Ministra, uma marca da atual gestão federal é a participação social no debate sobre os rumos das políticas públicas. E o MinC realizou, em 2024, a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), cujo tema central foi “Democracia e Direito à Cultura”, que, inclusive, inspirou esta edição da Revista. Qual a sua avaliação sobre as propostas que saíram da Conferência? Há quem diga que a sociedade brasileira, sobretudo o setor cultural, passará 20 anos olhando para os achados da conferência.

Margareth Menezes: As trinta propostas que saíram da Conferência como prioridade refletem a demanda reprimida do setor cultural durante o intervalo de onze anos em que a CNC não foi realizada [2013 a 2024], bem como as mudanças ocorridas no setor cultural durante e após a pandemia, considerando que a Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc [PNAB] promoveram ampla mobilização social e trouxeram maior consciência da população em relação aos seus direitos culturais, como direitos humanos fundamentais.

Em virtude disso, cada uma das propostas é muito ampla e reflete pleitos de segmentos populacionais que historicamente tiveram dificuldade de acessar as políticas, como populações negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+, entre muitos outros, que requerem atenção específica e representação nas instâncias de deliberação e controle.

Cabe agora traduzir as propostas em objetivos, metas, ações e indicadores que devem compor o Novo Plano Nacional de Cultura. Para isso, foi dada continuidade ao processo de diálogo e escuta da sociedade brasileira, por meio das oficinas territoriais presenciais em todo o Brasil e de consulta pública na plataforma digital Brasil Participativo, que o MinC promoveu entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. O Novo Plano Nacional de Cultura deve se transformar em lei ainda neste primeiro semestre de 2025.

Revista Casa Comum: Qual a expectativa do governo para a tramitação e aprovação do plano no Congresso Nacional?

Margareth Menezes: Historicamente, a relação do MinC com a Comissão de Cultura tem sido muito boa. No ano passado, o Congresso aprovou marcos legais importantes para a estruturação da política cultural e os parlamentares se mostraram muito abertos a receber o Plano Nacional de Cultura.

É importante ressaltar que o MinC entende o plano como um instrumento que rege a política cultural a partir de uma perspectiva de longo prazo. Temos muito claro que o documento não deve representar somente a marca dessa gestão, mas sim ser um instrumento de estruturação da política cultural, que congrega diferentes perspectivas. Por isso, a participação popular foi tão importante em sua construção.

Acreditamos que esse caráter democrático e plural contribua para que o plano possa ser bem acolhido. O Congresso Nacional sabe da importância dele e estaremos acompanhando de perto o processo, fazendo todas as gestões para reforçar a importância desse marco, no intuito de que ele seja aprovado com a devida prioridade.



A Ministra da Cultura durante reunião com lideranças e representantes dos Povos Indígenas. Foto: Filipe Araújo / MinC

Revista Casa Comum: Outra iniciativa importante para o setor, a Política Nacional Cultura Viva (PNCV), completou duas décadas em 2024. Como essa política chega neste aniversário de 20 anos?

Margareth Menezes: Celebramos esse marco com um investimento histórico, a repactuação com a sociedade civil e os gestores públicos, além da ampliação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, que agora conta com mais de sete mil entidades e coletivos culturais certificados em 1.700 municípios. [Saiba mais sobre essa política na reportagem Em Destaque, na página 4.]

Quando o Ministério da Cultura foi recriado em 2023, o cadastro contava com 4.329 registros. Isso significa que nós fizemos, nesses últimos dois anos, o reconhecimento de quase três mil coletivos e entidades culturais, possibilitando que tenham acesso a recursos públicos e possam fortalecer o fazer cultural em suas comunidades.

É importante destacar que a reativação e a ampliação da rede de Pontos e Pontões de Cultura estão entre as nossas prioridades justamente por reconhecermos a importância dessa política criada no primeiro mandato do presidente Lula, em 2004.



A Cultura Viva nasceu como um programa de governo para reconhecer e valorizar as iniciativas culturais já existentes nos territórios e que compõem a diversidade cultural brasileira em toda a sua pluralidade, com especial atenção às culturas tradicionais e populares, das periferias, dos territórios rurais e em todos os biomas.”

Apesar de toda a sua potência para o fazer cultural nas comunidades, a PNCV infelizmente não contou com investimentos significativos por parte do Governo Federal entre 2016 e 2022. Durante esse período, houve uma redução drástica no diálogo institucional, tanto com os entes federativos quanto com a sociedade civil, especialmente no que se refere à participação das Redes dos Pontos de Cultura. Entre 2019 e 2022, esse diálogo praticamente inexistiu.

Então, é algo extremamente positivo poder celebrar essas duas décadas de existência com os editais de fomento direto lançados pelo MinC, que totalizaram mais de R\$ 66 milhões, e a criação de um piso de investimento anual para a Política Nacional de Cultura Viva, por meio da vinculação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc.

Essa vinculação assegura um aporte mínimo de R\$ 388 milhões anuais, configurando o maior investimento anual

na Cultura Viva desde sua criação. Esse montante envolve simultaneamente todas as Unidades Federativas e, no mínimo, 696 municípios em todo o Brasil. Além do financiamento, também retomamos o diálogo com os entes federados e a sociedade civil, fortalecendo seus princípios de gestão compartilhada e de participação social.

Temos muitos desafios ainda para dar conta da diversidade cultural do nosso país e para nacionalizar o fomento.

Mas sabemos que a Cultura Viva é uma das portas mais democráticas de acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural em nosso país.

Revista Casa Comum: A Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo chegaram em um momento importante de forte impacto ao setor cultural e de sua retomada, e continuam, junto com a Lei Rouanet e outras, tendo um papel importante de incentivo às ações culturais nacionais. No entanto, houve uma pressão por cortes orçamentários, e o MinC não ficou de fora disso. Qual o impacto para as políticas que vêm sendo desenvolvidas por sua gestão?

Margareth Menezes: Tivemos duas conquistas importantes no ano passado: a Lei Paulo Gustavo, que beneficiou 98% dos municípios e todos os estados com R\$ 3,8 bilhões, e a Lei Aldir Blanc, que garante repasses contínuos para um período de cinco anos, no valor total de R\$ 15 bilhões.

Essas políticas dão oportunidade às comunidades e às cidades de mostrar sua força cultural, gerando retorno econômico e fortalecendo a economia criativa. Além disso, tivemos os avanços da Lei Rouanet e seus desdobramentos, para alcançar localidades com menos acesso a fomentos culturais.

Esclarecemos ainda que a Medida Provisória nº 1.274 [que altera a lei que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB], aprovada em novembro de 2024, assegura a preservação integral dos recursos destinados ao setor cultural, um compromisso reforçado pelo Governo Federal.

A partir deste ano, os entes federativos deverão comprovar investimentos próprios em cultura como requisito para acessar novos repasses federais, fortalecendo o caráter estruturante da política pública e ampliando a corresponsabilidade dos governos locais no fomento à cultura.

Revista Casa Comum: Nesse sentido, ministra, em 2024, durante as festividades da PNCV, foi um momento tido como de ativação dos Pontos de Cultura pelo país. Como avalia as atuais políticas públicas do MinC para o fortalecimento de quem produz e vive a cultura em seus territórios? E qual a expectativa de ampliação para o próximo período?

Margareth Menezes: A Cultura Viva é a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, que permite a certificação de coletivos e entidades culturais como Pontos e Pontões de Cultura.

Uma das principais estratégias de reativação dessa rede foi o lançamento de editais pelo Ministério da Cultura. Um deles possibilitou a formalização de parcerias com 42 Pontões de

Cultura, que são articulações de Redes de Pontos de Cultura Estaduais e Temáticas de escala nacional, envolvendo 329 Pontos de Cultura em comitês gestores dos Pontões de Cultura e a formação de 596 Agentes Cultura Viva (jovens de 18 a 24 anos).

Os editais Sérgio Mamberti e Construção Nacional *Hip-Hop* estão premiando 1.442 iniciativas culturais, incluindo coletivos sem CNPJ, entidades com CNPJ, pessoas físicas, mestras e mestres. Além da premiação, os editais possibilitaram o mapeamento e a certificação como Pontos de Cultura das candidaturas selecionadas como instituições com CNPJ ou grupos/coletivos.

No âmbito da PNCV, foi lançado ainda o Edital de Patrocínio sob a Forma de Apoio Cultural às Rádios Comunitárias, em parceria com Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [Secom/PR]. No total, 446 veículos foram habilitados nessa ação inédita para fortalecer a participação das rádios comunitárias na PNCV. Já o edital Prêmio Retomada Diversidade Cultural Rio Grande do Sul garantiu o apoio financeiro de R\$ 30 mil a todos os Pontos de Cultura atingidos pelas enchentes que devastaram o estado em 2024.

Em relação à Política Nacional Aldir Blanc, foram destinados, nesse primeiro ciclo, mais de R\$ 450 milhões à Cultura Viva em aproximadamente 1.400 municípios, além das 27 Unidades da Federação. O valor superou o mínimo de R\$ 388 milhões determinado na PNAB.

Com os investimentos previstos no primeiro ano de execução da PNAB na PNCV por meio de editais operados pelos entes federativos com minutas disponibilizadas pelo Ministério da Cultura, e todos os editais também são de certificação de novos Pontos de Cultura, estima-se que aproximadamente 15 mil Pontos e Pontões de Cultura serão fomentados, seja por meio de Planos de Trabalho firmados nos Termos de Compromisso Cultural ou de Premiação, ampliando significativamente o impacto da política em todo o território nacional.

No âmbito da participação social na gestão compartilhada e participativa da Política Nacional Cultura Viva, foi retomado o protagonismo da representação das Redes dos Pontos de Cultura, por meio da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC). Esse movimento também impulsionou a reorganização das Redes Estaduais e de suas respectivas Comissões Estaduais de Pontos de Cultura, reativando fóruns de debate e participação. Esses espaços são fundamentais para influenciar as diretrizes de implementação da PNCV, a partir da articulação nos territórios municipais e estaduais, em diálogo com o âmbito nacional.

Entre os avanços na participação social e no protagonismo da sociedade civil, destaca-se a reativação da Comissão de Certificação de Pontos e Pontões de Cultura, estruturada de forma paritária, com representantes igualmente divididos entre sociedade civil e poder público. Além disso, pela primeira vez desde a promulgação da Lei Cultura Viva, foi instaurada a Comissão de Gestão do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Essa comissão, também formada paritariamente, cumpre o que está estabelecido na Instrução Normativa que implementa a PNCV desde 2016, mas que, até então, não havia sido efetivamente implementada.

Essas ações fortalecem os princípios de gestão compartilhada e de participação social, garantindo que a PNCV seja conduzida de forma democrática e integrada com as necessidades e demandas dos territórios culturais em todo o país.

Revista Casa Comum: Para encerrar, qual é o papel das organizações da sociedade civil na promoção da cultura?

Margareth Menezes: O engajamento das organizações da sociedade civil foi essencial na construção dos objetivos e metas do próximo Plano Nacional de Cultura, de forma a materializar as transformações desejadas com as políticas culturais nos próximos dez anos. Esse processo de escuta e de trabalho é importante, pois norteia o atendimento das demandas dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, origens étnicas e faixas etárias de todas as regiões do país.



Fique por dentro

- 30 propostas prioritárias aprovadas durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura: bit.ly/RCC_12_14
- Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: bit.ly/RCC_12_15
- Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC): cnpcc.cultura.gov.br/
- Lei Rouanet: bit.ly/RCC_12_16
- Lei Paulo Gustavo: bit.ly/RCC_12_17
- Mapas Culturais: bit.ly/RCC_12_18
- Plano Nacional de Cultura (PNC): bit.ly/RCC_12_04
- Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC): bit.ly/RCC_12_19
- Programa Territórios de Cultura: bit.ly/RCC_12_20
- Política Nacional Aldir Blanc: bit.ly/RCC_12_21
- Sistema Nacional de Cultura (SNC): bit.ly/RCC_12_22

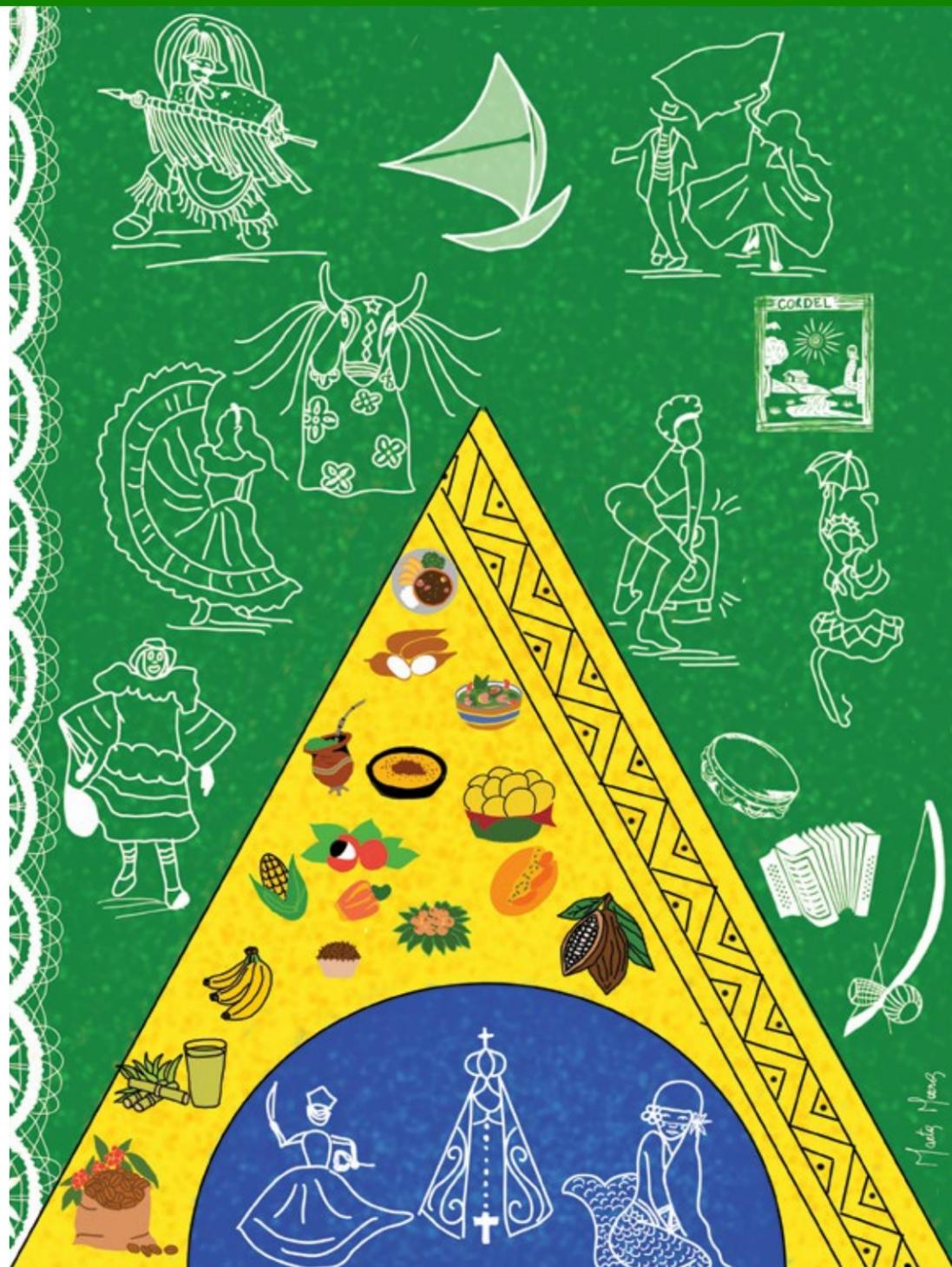


Acesse todos os links desta matéria a partir do QR Code (aponte a câmera do seu celular):



RAIO-X

QUE PAÍS É ESTE? A DIVERSIDADE CULTURAL DO BRASIL



Por
Daniele Próspero

Sejam os conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades, como a prática artesanal de fabricação de painéis de barro – atividade econômica presente na localidade de Goiabeiras, bairro de Vitória, no Espírito Santo –, assim como os rituais e festas, como a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, celebração tradicional que ocorre desde o século 18 e integra o calendário litúrgico e o ciclo de Festas de Largo da cidade de Salvador, na Bahia. Tudo faz parte da formação da identidade cultural do país.

Os modos de expressão e manifestações, como a língua, a literatura, a música, a dança, a culinária regional, assim como as técnicas de costura e bordados, os costumes, as crenças, além das esculturas, dos museus, dos documentos e tantos outros lugares, saberes e fazeres, agregam e trazem riquezas ao patrimônio cultural brasileiro.

Conheça mais sobre essa diversidade que marca o nosso país:



Diversidade cultural em âmbito global

Em 2007, o Brasil ratificou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e assinada em Paris, França, em 20 de outubro de 2005. De acordo com a Unesco, a Convenção é um instrumento que orienta a Organização na elaboração de conceitos, objetivos e políticas para favorecer a diversidade cultural com ênfase no pluralismo, no diálogo entre as culturas e suas várias crenças, assim como no desenvolvimento de políticas.

>> Saiba mais em:

- Convenção: bit.ly/RCC_12_23
- Decreto brasileiro que promulga a convenção: bit.ly/RCC_12_24

Livros dos registros sobre o patrimônio cultural imaterial do Brasil

O Brasil conta, desde 2000, com o "Registro de Bens Culturais", um instrumento legal de preservação, para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial, ou seja, aqueles bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Hoje, o país conta com 52 bens reconhecidos em todas as regiões e são registrados em quatro livros. No site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – bcr.iphan.gov.br – é possível navegar por um mapa, acessar todos os documentos e fotos das iniciativas. Conheça quais são eles e alguns exemplos aqui na revista:



São registradas **21 formas de expressão**, ou seja, aquelas associadas a grupos sociais ou região, desenvolvidas por pessoas reconhecidas pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões, como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. Veja um exemplo:



Foto: Divulgação Iphan

Carimbó

Sua história vem do século 17, na parte da região amazônica que corresponde ao atual Pará e foi trazida ao Brasil por negros escravizados africanos tendo incorporado influências indígenas e ibéricas. A palavra carimbó diz respeito ao tambor, posteriormente denominando, também, a expressão como um todo. As letras das canções do carimbó trazem à musicalidade da expressão os elementos da natureza (fauna e flora locais) e os aspectos do mundo do trabalho vivenciados pelos carimbozeiros.

O que diz a Constituição Federal de 1988

■ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

■ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.



Foto: Divulgação Iphan

Esse livro reúne **14 rituais e festas** que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social de um grupo, e que são considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade. Veja um exemplo:



Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão

Festa tradicional que acontece em todo o estado do Maranhão. O Bumba meu boi envolve a devoção aos santos juninos, que mobilizam promessas e marcam algumas datas comemorativas da festa. Os cultos religiosos afro-brasileiros do Maranhão, como o Tambor de Mina e o Terecô, também estão presentes nessa celebração.



Esse livro é destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas e geram sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais. Até o momento, são quatro lugares reconhecidos. Veja um exemplo:



Foto: Divulgação Iphan

Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri

A cachoeira corresponde a um lugar de referência fundamental para os povos indígenas que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri, reunidos em dez comunidades, multiculturais na maioria, compostas pelas etnias de filiação linguística Tukano Oriental, Aruaque e Maku. Várias das pedras, lajes, ilhas e paranás da cachoeira simbolizam episódios de guerras, perseguições, mortes e alianças descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas desses povos.

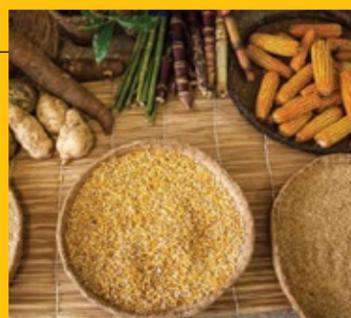


Foto: Divulgação Iphan

Estão inscritos nesse livro **13 saberes reconhecidos** como conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, ou seja, atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade. Veja um exemplo:



Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O Sistema, localizado no litoral sul do estado de São Paulo, consiste nos saberes e modos de fazer relacionados às práticas agrícolas que essas comunidades mantêm em seus territórios. Elas dizem respeito ao ato de plantar e colher alimentos, assim como às roças de coivara itinerantes, à diversidade das espécies vegetais manejadas, aos métodos e à cultura material relacionada ao preparo dos alimentos, aos arranjos produtivos locais, entre outros.

MESTRAS(ES) FAZEREDORAS(ES) DE CULTURA

A preservação das tradições do Vale do Gorutuba (MG)

Adilza Batista com a peça Maria Buçu.
Foto: Arquivo pessoal

“Iniciei o trabalho como artesã ainda muito jovem, quando minha avó e mãe transmitiram as tradições do Vale do Gorutuba. Tecido, argila, linha, tintas, enchimentos... tudo se transforma, tudo realça a vida e cultura da minha comunidade. Conheci a peça ‘Maria Buçu’ – uma bilha, para colocar água ou cachaça e que se tornou patrimônio cultural em Nova Porteirinha (MG)–, em 2000, quando a Fundação de Ouro Petro fez um estudo de resgate cultural local e descobriu essa peça, que era produzida pela D. Maria Eudoxia, conhecida também como Maria Buçu. Na época, ela vendia para o Palácio das Artes e também para o exterior. Fiz um curso com a neta dela. Foram 11 alunas e quem faz até hoje sou eu apenas. A produção é totalmente manual, feita por etapas. É difícil conseguir o barro, que é bem escuro. Há apenas dois locais na região que encontramos, um deles fica a uns 40 km daqui. Vendo as peças mais para outras cidades, estive em Pernambuco, em Belo Horizonte etc. Mais recentemente, consegui um edital via Lei Aldir Blanc e também por meio do Projeto Caminhos das Águas. Com isso, fiz palestras para escolas aqui em Janaúba e em Nova Porteirinha, para quase 200 alunos, e também oficinas para incentivar eles a fazerem, produzirem. Eu queria muito que os jovens se interessassem por essa arte, para ela não morrer. Espero passar meus conhecimentos para os mais jovens. É um legado que eu quero deixar.”

Adilza Mendes Batista, 73 anos, mestre-artesã – Janaúba (MG). Conheça mais em: bit.ly/RCC_12_25 e instagram.com/adilza.artesanato

Rota do Barro: de Maragogipinho (BA) para o mundo

“Cresci vendo meu pai trabalhando na olaria, assim como meus avós. Inclusive minha avó Maria da Hora, conhecida por D. Dadá, tenho o maior orgulho de dizer que, com 93 anos, ainda pratica a arte e constrói peças belíssimas. Foi maravilhoso crescer perto do artesanato, porque despertou em mim uma habilidade na pintura e, também, na construção de algumas peças. Com a morte do meu pai, pela Covid-19, assumi a olaria, a Cerâmica do Pelé, em homenagem ao meu pai, conhecido por todos como Pelé. Vendemos vasos para plantas, peças decorativas, utilitárias e religiosas. Fui perceber o grande potencial da minha comunidade após a faculdade, na qual passei a ter um olhar diferenciado para o local. Por isso, junto com minhas primas Patrícia Araújo e Milena Figueiredo construímos a Rota do Barro, por meio da Premiação cultural Olhinhos d’água, que está levando nossa realidade para o mundo. Acredito que é de suma importância essas tradições serem passadas de pai para filho, pois construímos um legado e, com certeza, não deixa a história se perder ao longo do caminho.”

Naiara Silva Araújo Costa, 39 anos, filha de artesã e professora – distrito de Maragogipinho, cidade de Aratuípe (BA). Conheça mais em: www.instagram.com/rota.dobarro



Naiara Costa (dir.) com suas primas e avó. Foto: Arquivo pessoal

O som do pífano que ressoa no Cariri



Rivers Feitoza durante apresentação.
Foto: @manodecarvalho

“Quando adolescente, estudei música na filarmônica municipal, tocava zabumba, depois comecei a tocar piston. Sofri uma queda indo pra escola de música, cortei os lábios e abandonei o instrumento. Já na faculdade, fui muito atuante no meio cultural. Fiz teatro e comecei a estudar música tradicional. No início dos anos 90, decidi visitar a Zabé da Loca, no sítio Tungão, região rural distante 20km de Monteiro. Ela foi uma das maiores pifeiras do Brasil. A sonoridade do pífano vibrava em mim mais profundamente que outros instrumentos, e, tendo Zabé e seu Terno de Pífanos como pesquisa, fui me tornando pifeiro. Durante o período de tocadás e vivências com Zabé, subimos em palcos com nomes grandes da música, como Hermeto Pascoal, Carlos Malta, Chico César e gravamos CDs. Em 2008, formei a Banda Pife Perfumado, aqui de Monteiro, mas que se compôs de músicos da região do Cariri de cá, Zabelê e São João do Tigre. As bandas de pífanos fazem parte do contexto cultural de cinco cidades do Cariri, influência dos seus mestres no passado e que, agora, vêm se mantendo pela articulação e influência dos artistas herdeiros dessa tradição, e, mais recentemente, diante das leis e editais de incentivo à cultura. As bandas de pífanos já são patrimônio cultural imaterial por lei, mas ainda não têm a dignidade que merecem pelos gestores locais. Mas, nós, mestres de bandas de pífanos, temos consciência do nosso valor.”

Rivers Douglas Soares Feitoza, 54 anos, farmacêutico, apicultor, rabequeiro, pifeiro e produtor cultural – Monteiro (PB). Conheça mais em: [instagram.com/rivers_douglas](https://www.instagram.com/rivers_douglas)



* As ilustrações que compõem este Raio-x são de **Marta Moura**, carioca, artista visual multilinguagens e ativista de pautas humanitárias. Possui formação em Licenciatura Plena em Dança e pós-graduação em Educação Psicomotora pelo IBMR, atuou em programas sociais e, hoje, participa ativamente de movimentos de luta pelos direitos das mulheres. Em 2013, iniciou sua pesquisa com a pintura e o movimento, como extensão de seu corpo, criando obras abstratas com tinta e gestos. Para Marta, ilustrar é como dançar, uma fusão de imaginação e expressão entre palavras e imagens.

As expressões são registros orais apontados por falantes de cada estado, não representando o povo em sua totalidade; por serem muitas, foram definidas algumas para a ilustração.

EM PAUTA



Lideranças indígenas em reunião dentro do território indígena. Foto: Sérgio Suruí



DOCUMENTANDO MEMÓRIAS PARA A PERPETUAÇÃO DOS NOSSOS SABERES E FAZERES

Por Luciene Kaxinawá*

Nós, povos indígenas, apesar de uma diversidade cultural imensa, temos práticas semelhantes para perpetuar os nossos saberes e fazeres. A primeira delas é de forma oral. Durante muitos e muitos anos, os nossos aprendizados eram transmitidos somente de forma oral por meio dos cantos, rezas e contação de histórias, dependendo dos ensinamentos dos mais velhos e das nossas memórias. Também é possível encontrar nossos saberes por meio dos rituais, grafismos e artesanatos.

Com a chegada dos colonizadores em nossos territórios, tudo isso ficou em risco e fomos obrigados a também aprender a como guardar as nossas memórias com outros métodos, como a escrita e o audiovisual. Conheça as diversas maneiras como guardamos nossos saberes e fazeres hoje em dia nas comunidades:



Líder indígena Mopiri Suruí usando cocar tradicional Paiter Suruí e colar vermelho e branco que simbolizam liderança e sabedoria. Foto: Luciene Kaxinawá

Para preservar nossos costumes e cultura é preciso preservar nossas memórias

Mopiri Suruí é liderança do Povo Paiter Suruí, o território fica localizado no Estado de Rondônia e parte do Mato Grosso. Já foi cacique geral e é um dos anciões do tempo antes do contato com o não indígena. Ele, ainda hoje, se lembra de como era a vida antes do contato e como tudo mudou depois disso. "Antes, vivíamos em união, éramos organizados, a comunidade vivia em grupos, mulheres, homens, jovens. As nossas comidas eram diferentes, tradicionais, sem tempero. Hoje mudou tudo. Atualmente comemos compras da cidade, carne, frango, esses tipos de comidas que não comíamos antes, vestimos roupas, comemos comidas temperadas. Hoje, cada um tem a sua terra para ter suas próprias necessidades!"

Pai de 12 filhos, muitos netos e netas e uma bisneta, ele se preocupa com a preservação da sua cultura. Para ele, a valorização dos saberes e fazeres deve permanecer, principalmente pelos mais novos. "A valorização da cultura indígena é ensinar os jovens da aldeia, para não perder o costume e a cultura, comer comidas tradicionais, usar nossos artesanatos, pinturas tradicionais, manter os mitos e histórias e contar para os mais novos!"

O Povo Paiter Suruí tem apenas 55 anos de contato com o não indígena, mas, infelizmente, foi tempo suficiente para muito de sua cultura desaparecer: não há mais pajé, nem celebração do casamento tradicional. Muitas pinturas e artesanatos só os mais velhos é que sabem.

Adilma Palitot foi a primeira professora não indígena que atuou dentro do território Sete de Setembro, do Povo Paiter Suruí, e ela tem várias lembranças desse tempo. "Muita coisa já mudou. Tem escola, estrada, energia", diz a professora. Mas a perda da memória cultural foi uma das coisas que mais lhe chamou a atenção. Hoje, um dos projetos desenvolvidos na área da educação para o resgate da cultura é o Programa de

Melhoria na Qualidade de Ensino-Excelência, com atividades interdisciplinares dentro do currículo escolar das escolas indígenas do Estado de Rondônia.



Os alunos fazem um trabalho com desenhos sobre a floresta, o povo e a cultura deles. Tudo isso a gente digita no computador, também traduz para o português e fazemos livros. Cada escola indígena tem a sua cartilha, de uma escola passa para outra, para se conhecerem e conhecer os conteúdos de cada trabalho feito", comenta Adilma.

Além desse projeto nas escolas indígenas, o Povo Paiter também investe na formação de comunicadores que atuam no audiovisual. Atualmente existe o Coletivo Lakapoy, que se organiza para resgatar o acervo histórico do Povo Paiter Suruí na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e é formado por indígenas que atuam com o objetivo de contar e documentar a história do seu povo. Existe também a primeira agência de turismo indígena do Brasil que realiza oficinas de contação de histórias, pinturas ancestrais e culinária tradicional e realiza o intercâmbio de saberes ancestrais para com os mais novos.

Medicina viva

Ubiraci Pataxó pertence ao povo Pataxó da aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, na Bahia – maior aldeia urbana da América Latina. Ele é guardião de saberes e fazeres do seu povo. Um jovem mestre do saber e aprendiz de pajé, graduado em Ciências da Natureza e Matemática, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Também formado em Terapia Comunitária Integrativa (TCI), Massoterapia e Técnica em Resgate da Autoestima pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o Movimento Integrado de Saúde Comunitária Quatro Varas (MISMEC – Projeto 4 Varas).

O jovem atua como pesquisador nos projetos "Saúde Coletiva e Epistemologias do Sul e Interculturalidades". Está como presidente do Instituto Korihe, organização que atua ofertando espaços de cuidado para as pessoas, em especial para as que estão em sofrimento, e formando cuidadores e/ou profissionais de diversas áreas a atuarem no reequilíbrio do corpo, mente e espírito de cada sujeito.

O Método Korihe consiste na reunião dos diversos saberes do Povo Pataxó relacionados ao ato de cuidar – interpretação de sonhos, massagem corporal, benzimentos, cantos, rezas, danças, chás, banhos de ervas, preparação de garrafadas, visões, encantaria, aconselhamentos, liderança, conhecimento da mata, acolhimento, cachimbo, rapé, defumação e limpeza do corpo

e alma. O ensino de cada uma dessas práticas se dá no dia a dia da comunidade indígena, pelas crianças, jovens, adultos e idosos e se mantém firme, ao longo dos anos, resistindo a processos como avanços tecnológicos e a influência de outras culturas. A cultura é um dos produtos do patrimônio de um povo.

Transformando nossas memórias em documento nos museus



Tariisson Nawa no British Museum. Foto: Arquivo pessoal

Para o Mestre em Antropologia Social e antropólogo indígena do Povo Nawa, no Acre, Tariisson (Ykarunĩ) Nawa, existem algumas motivações para a preservação dos costumes e tradições dos povos indígenas. "É a valorização da história e da memória com protagonismo indígena. Nós falamos por nós mesmos. Esse é o motivo cultural e social, mas também existe o motivo muito mais político, o objetivo de direitos no Brasil, principalmente o de reconhecimento de direito territorial, das terras indígenas. Como são peças e elementos da cultura, são esses materiais que acionam a memória do passado e que podem ser mecanismo de retificação de territórios", diz o antropólogo indígena.

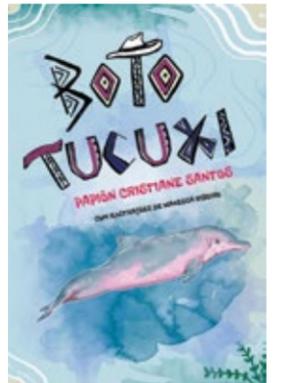
Tariisson, que está passando pela transição de nome civil para seu nome na língua materna (Ykarunĩ), é também jornalista e cursa doutorado em Antropologia no Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, Ykarunĩ é curador indígena das coleções etnográficas do Museu Nacional, sobretudo as coleções indígenas, um trabalho que atua diretamente nas comunidades e, principalmente, com as lideranças indígenas. "Recentemente, fui o primeiro indígena da América Latina a participar do programa de treinamento internacional do Museu Britânico, em Londres. Teve representantes de diversas partes do mundo."

Nossos contos e a literatura

Papiõn Cristiane Santos é indígena em contexto urbano, escritora, ativista social atuante no combate à intolerância religiosa, LGBTQIAPN+, professora de moda decolonial

indígena, idealizadora dos bonecos pedagógicos Pia e coordenadora da Oca Observatório Cultural das Aldeias. Ela faz parte, ainda, do Mulherão de Letras Indígenas e Diálogos de Paz criado por Don Orani Tempesta, e do Instituto Religare, representando o Catimbó de Jurema.

"Meu primeiro livro, *Boto Tucuxi*, é uma coleção das histórias indígenas contadas na versão étnica, onde o que todos leem como lendas, falamos como sagrado e histórias locais dos indígenas brasileiros. Levou seis anos para ser publicado. Ouvi os ribeirinhos da Ilha de Marajó, de Macapá e meu Tio Dig Dig, exímio contador de histórias, causos e história local da minha terra Oiapoque", relembra a escritora.



Um dos grandes desafios, segundo Papiõn, é ir além da oralidade e transformar os ensinamentos, os contos, as histórias indígenas em conhecimento escrito por meio da literatura. Mas, em sua opinião, com a globalização das culturas indígenas, foi possível avançar com as escritas literárias.

"Um desafio que ganhou prospecção com Ailton Krenak fazendo parte da Academia Brasileira de Letras e os encontros indígenas de literatura pelo Brasil. Mas ainda é um desafio com as editoras. O número de escritores indígenas independentes é maior que os indígenas com editoras", diz Papiõn.

*Luciene Kaxinawá – primeira jornalista e apresentadora indígena da TV brasileira. Há 10 anos exerce a profissão. Atualmente, é apresentadora no Canal Futura e colunista Terra. É premiada nacional e internacionalmente pelo seu profissionalismo e representatividade. @lucienekaxinawa



Fique por dentro

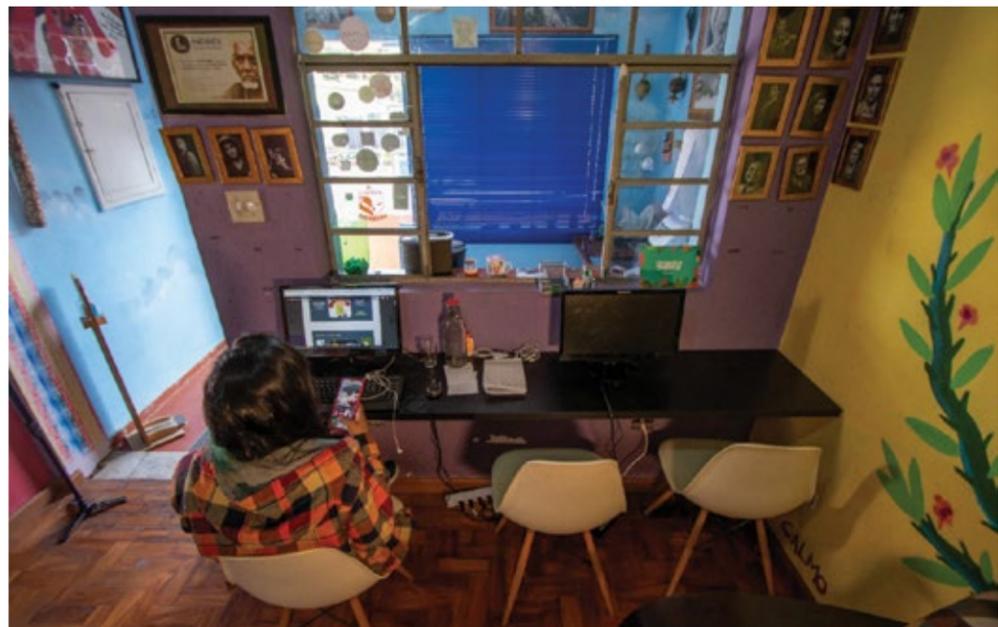
- Agência Yabnaby: bit.ly/RCC_12_26
- Coletivo Lakapoy: www.instagram.com/paiter_surui
- Dissertação de Tariisson Nawa: bit.ly/RCC_12_27
- Instituto Korihe: www.instagram.com/institutokorihe
- Livro Boto Tucuxi: bit.ly/RCC_12_28
- Ubiraci Pataxó: www.instagram.com/ubiracipataxo



Acesse todos os links desta matéria a partir do QR Code (aponte a câmera do seu celular):



EM PAUTA



Um dos primeiros *coworkings* da periferia. Foto: Agência Solano Trindade

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA AGREGAM VALOR SOCIAL E HISTÓRICO, GERAM TRABALHO E IMPACTAM O PIB

Produção de dados e informações sobre o setor cultural são fundamentais para que a população brasileira avance na compreensão sobre a importância social, simbólica e econômica do setor da cultura e economia criativa.

Por Maria Victória Oliveira

Você já parou para pensar em quantas pessoas estão envolvidas na produção e na realização de um show musical, além do(a) próprio(a) artista? Vamos fazer um exercício: são necessários profissionais para transportar figurinos, instrumentos musicais e o cenário, maquiadores, cabeleiros, cozinheiros, assistentes, todo o pessoal envolvido com o som, dançarinos, a banda, a pessoa que organiza todos esses processos e agenda passagens aéreas e estadias em hotéis para todos os demais. Trata-se de uma verdadeira orquestra de processos que precisam acontecer para que o público acompanhe a apresentação e tudo saia conforme o planejado.

E quanto a um(a) professor(a) de música, por exemplo? É possível dar aulas de manhã em uma escola, gravar e produzir jingles de músicas comerciais na parte da tarde e se apresentar em um barzinho na parte da noite. Esse é o exemplo utilizado por Daniele Canedo, pesquisadora, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Federal da Bahia

(UFBA), além de coordenadora do Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA), que deixa transparecer os desafios que ainda existem ao abordar o potencial econômico do setor cultural e da economia criativa no Brasil.

A diretora explica que muita gente insiste em manter um pensamento ultrapassado quando o assunto é “viver de cultura” no Brasil. “Nosso principal desafio é mudar um paradigma histórico que se estabeleceu de que quem trabalha com arte e cultura não é trabalhador, é artista, aquele perfil de artista da ‘idade média’, que trabalha sem muita preocupação com os recursos, ou uma pessoa herdeira que se dedica às artes como opção de vida mais livre. Essa não é a realidade da maioria dos brasileiros que vivem disso.”

Isso porque o setor apresenta números expressivos: segundo o Observatório Itaú Cultural, o quarto trimestre de 2023 registrou 7,75 milhões de trabalhadores(as) na área da economia criativa – uma variação positiva de 4% se comparado ao mesmo período em 2022. O índice de quase oito milhões de pessoas é o maior já registrado pelo Observatório, quando o setor se recuperou de um momento de queda entre 2022 e 2023, com a criação de 577 mil postos de trabalho nos setores culturais e criativos em 2023.

A mesma organização também mostrou que, em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas (Ecic) alcançou a marca de 3,11% – superando os 2,1% da indústria automobilística no mesmo período.

Desigualdades impulsionam criatividade

Para Adriana Barbosa, diretora-executiva da Feira Preta e fundadora do Feira Preta Festival, todo esse potencial vem da própria população brasileira e do histórico do país.

“Partindo do pressuposto que a matéria-prima da economia criativa é a criatividade e a intelectualidade, eu acredito que a centralidade dessa economia é a população brasileira, trazendo para essa questão a desigualdade. Onde há muita escassez e uma diversidade de população, inevitavelmente vai haver criatividade para lidar com a desigualdade. É por isso que as regiões periféricas são tão criativas, mesmo em contextos de vulnerabilidade e de escassez de infraestrutura e de serviços básicos.”

A essa discussão, Adriana adiciona um componente histórico: com um passado marcado pela escravidão, o Brasil peca quando o assunto é reparação e justiça racial para a população negra.

A ideia da Feira Preta surgiu quando Adriana vendia roupas na Praça Benedito Calixto, em São Paulo, empreendendo por necessidade. Hoje, é considerada um ecossistema estratégico focado no fortalecimento econômico e cultural da população negra na América Latina, e usa os próprios pilares da economia criativa para investir no setor.

A experiência cultural e criativa da Agência Solano Trindade

Quem coloca em prática e respira economia criativa diariamente é a Agência Solano Trindade. Criada em 2009 na periferia da zona Sul de São Paulo, leva no nome a inspiração no poeta, ator e militante do movimento negro, Solano Trindade, e visa ser um espaço para potencializar o fazer criativo e cultural das periferias.

Thiago Vinicius, fundador da Agência, define a periferia enquanto grande produtora de tecnologias sociais que mostram o potencial local. Ele exemplifica que a telha da sede da Agência Solano Trindade é feita de tubo de pasta de dente e caixa de leite, onde há, também, captação da água da chuva que rega a horta onde são plantados os temperos usados no restaurante que funciona no local. “Sempre pensamos nessa circularidade, mas são tecnologias que já estavam presentes no nosso dia a dia enquanto periferia. Nós só aprendemos com os Griôs e apertamos ‘F5’ [ato de atualizar, renovar]. A favela e os terreiros têm essa capacidade de falar de desenvolvimento e economia criativa.”

Além da casa que funciona como espaço de sede e *coworking* – com direito à ilha de edição de produções audiovisuais e empréstimo de equipamentos fotográficos,

por exemplo –, a Agência também conta com um restaurante – um ponto de cultura alimentar, como define Thiago – que se vale de alimentos plantados no campo sem uso de agrotóxicos e abriga shows. Tudo isso com o objetivo de gerar renda para empreendedores periféricos e atrair mais pessoas para a periferia.

Outras iniciativas de impacto social desenvolvidas pela Agência são o Hub Criativo Solano Trindade – negócio de comunicação social que, ao promover a conexão entre marcas/organizações e profissionais/talentos periféricos, visa impulsionar a cultura, estar conectado com a ancestralidade e, ao mesmo tempo, celebrar a atual juventude da periferia – e o Festival Percurso, um evento de economia criativa que envolve fazedores de cultura e prestadores de serviços periféricos e já está celebrando uma década de existência.

Toda essa atuação gerou a nomeação de Thiago na lista VOZES30, enquanto uma das 30 vozes que lutaram para mudar a indústria da comunicação em 2024 com projetos e iniciativas reais.

“A minha trajetória é essa: ver mais jovens se desenvolvendo e gerando renda, potencializando o território, saindo das páginas policiais para ocupar as páginas culturais, gastronômicas e econômicas. Quando um jovem vê seu talento se desenvolvendo e se sente valorizado, ele vai conseguir viver do seu sonho e entender as tecnologias para atuar a seu favor e conseguir trocar fuzil por máquina fotográfica.”

Isso envolve, por exemplo, a criação de uma metodologia pensada na construção do mercado de consumo da cultura negra, programa de repasse de recursos a empreendedores e também produção de dados.

“A Feira Preta vem desse lugar de escassez de oportunidade para um lugar de reconhecimento de toda a potência e empoderamento econômico da população negra no Brasil, com a economia criativa como esse lugar de mobilidade econômica junto com a valorização e promoção da cultura negra e o fortalecimento das identidades e territórios.”

Pesquisa e dados para fortalecer políticas públicas

O OBEC surge em 2014 a partir de um projeto da Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura, compreendendo não só a importância, como a necessidade de dados e indicadores para orientar o processo decisório no campo das políticas públicas nesse setor, auxiliando a gestão baseada em evidências a partir do conhecimento gerado nas universidades.

“Nós entendemos que é um papel do estado assegurar os direitos culturais para a população. Estamos produzindo pesquisas que possam gerar subsídios e evidências para tomada de decisão das políticas públicas, como também para que a sociedade civil possa pleitear políticas públicas e brigar por outro tipo de acesso à cultura”, contextualiza Daniele.

O uso de linguagem simples e divulgação de achados das pesquisas em eventos são algumas estratégias utilizadas para aproximar o público dos estudos acadêmicos. Logo no início da pandemia de Covid-19, o OBEC criou um boletim quinzenal sobre os impactos da pandemia na economia criativa. Entre outras iniciativas, está também um mapeamento nacional da Lei Aldir Blanc.

“Precisamos de mais informações e dados que mapeiam a importância desse campo e que explicitem para a sociedade que a economia criativa gera trabalho, gera PIB e movimenta a economia. Mas, além disso, é um setor que gera resultados simbólicos, sociais, culturais, com uma importância que foi preterida ao longo do tempo na sociedade”, analisa a pesquisadora.

Cultura é democracia

A produção de dados e informações confiáveis sobre o setor cultural no Brasil é um dos principais desafios apontados por Andrea Guimarães, diretora de Desenvolvimento Econômico da Cultura no Ministério da Cultura (MinC).

Esse tema dá o tom da primeira das 15 diretrizes da Política Nacional de Economia Criativa – Brasil Criativo, que, de acordo com o Ministério, tem como objetivo contribuir para o reconhecimento e a consolidação da economia criativa como estratégia de qualificação do desenvolvimento social, econômico, ambiental, político e cultural do Brasil, por ser um “pacto político pela cidadania e democracia, pela diversidade e biodiversidade cultural, pela inclusão e inovação, pela

sustentabilidade, pelo bem comum e o bem viver”, como traz trecho de documento oficial.

Andrea reforça que a política, ainda em fase de construção, contou com diversas etapas de pesquisa e escuta da população, sobretudo dos profissionais que atuam no campo da cultura, a fim de entender as principais demandas e dificuldades.

A diretora cita a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), como instrumentos recentes que ajudarão o MinC a avançar em outro desafio: a chegada nos territórios. “A gente entende que precisamos trabalhar com as redes, com as tecnologias sociais, com as manifestações culturais e com as expressões que estão nesses territórios.” (Leia mais sobre este tema no Papo Reto, na página 17.)

Assim, outra diretriz que compõe a política é a que versa sobre o desenvolvimento de territórios e ecossistemas criativos e seus modelos de governança. Foi criada uma linha específica sobre isso dentro da Lei Rouanet de incentivo fiscal. A ideia, segundo a diretora, é que os projetos proponentes sigam critérios de um território criativo e sejam de médio a longo prazo, e, assim, apoiem a continuação de manifestações culturais do local.

“Ao valorizar a diversidade e as expressões culturais de um povo, isso gera uma sensação de pertencimento e de inclusão, que está intimamente relacionado ao conceito de democracia. Não é por outro motivo que, quando nós vivemos em sociedades autoritárias, existe uma restrição às manifestações das expressões culturais. A cultura empodera mesmo, as pessoas são mais felizes quando podem se expressar culturalmente.”



Fique por dentro

- Agência Solano Trindade: [instagram.com/agsolanotrindade](https://www.instagram.com/agsolanotrindade)
- Brasil Criativo – Política Nacional de Economia Criativa: bit.ly/RCC_12_29
- Feira Preta: [feirapreta.com.br](https://www.feirapreta.com.br)
- Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA): [obec.ufba.br](https://www.obec.ufba.br)
- Observatório Itaú Cultural: bit.ly/RCC_12_30
- PIB da economia da cultura e das indústrias criativas: a importância da cultura e da criatividade para o produto interno bruto brasileiro: bit.ly/RCC_12_31
- VOZES30: [vozes30.co](https://www.vozes30.co)

ESTAÇÃO CRIANÇA

CRIANÇAS MOSTRAM COMO A ARTE CONECTA PESSOAS

Por Mayara Penina, do COLO – Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil

Você já imaginou um mundo sem música, sem desenhos, sem histórias, sem arte?

A arte é fundamental para a vida de todos nós. Por meio dela, dá para explorar a criatividade, entender melhor os próprios sentimentos, aprender a se expressar e desenvolver habilidades importantes, como resolver problemas. Além disso, a arte ajuda a conectar as pessoas e ensina sobre diferentes culturas e jeitos de viver.

E a escola também é lugar de arte. É o que conta Luciana Haddad Ferreira, professora de pós-graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas. Segundo ela, a arte vai além de complementar o que se aprende no colégio: “Ela nos ensina a nomear sentimentos, a compreender e a desenvolver outras linguagens para expressar melhor o que pensamos e sentimos. Acredito que esse é seu maior propósito.”

Para Luciana, o contato com a arte permite que crianças e adolescentes explorem experiências vividas pelas pessoas em diferentes épocas e lugares, porque tudo isso fica registrado em quadros, peças de teatro, músicas e muitos outros formatos artísticos. “Uma obra de arte pode provocar sentimentos únicos e nos ajudar a entender que muitas das nossas vivências são compartilhadas pela humanidade”, explica.

“Quando crianças e adolescentes entendem isso, começam a mudar a visão de que tudo o que se aprende na escola precisa ter uma aplicação prática”, conta Luciana. A professora explica ainda que a arte ajuda as crianças a aprenderem coisas novas, a crescerem com mais confiança e a entenderem melhor o mundo ao seu redor.

Por meio da música, do teatro ou do desenho, muitos meninos e meninas encontram, na criatividade, uma forma de superar desafios e inspirar mudanças em suas comunidades. Conheça algumas destas histórias:



Yalle Tárrique. Foto: Guilherme Weber

Yalle: o escritor da periferia de Salvador

Yalle Tárrique de Menezes Andrade, de 12 anos, vive em Salvador, na Bahia, e descobriu a paixão pela escrita em um momento desafiador: a pandemia. Ele escreveu sua primeira carta, que se tornou o ponto de partida para uma rotina de escrita. Depois disso, nasceu seu primeiro livro, intitulado Diário de uma quarentena. “Eu adquiri o dom da escrita desde o ventre da minha mãe, que sempre foi uma leitora assídua”, conta. Yalle foi vencedor de concursos de redação e acredita que consegue levar a arte para outros meninos da periferia de Salvador como ele. “Não importa o tipo de história que eu escreva, minhas palavras contam sobre o meu dia a dia, minha comunidade e, acima de tudo, minha ancestralidade.”



Ana Gomes. Foto: Samuel Macedo

Ana e a magia do teatro

Ana Gomes de Macedo, de 11 anos, mora na cidade do Crato, no Ceará, e cresceu no mundo do teatro. Desde pequena, ela sobe no palco junto com sua família, que faz parte da Carroça de Mamulengos, um grupo teatral com quase 50 anos de história. “Quando eu ainda estava na barriga da minha mãe, já participava das peças”, conta Ana. Para ela, o teatro é como uma ponte que liga diferentes pessoas e culturas. “Aprendi a me comunicar e a entender melhor quem vem de lugares diferentes”, explica. Ana acredita que o teatro também ajuda a valorizar a diversidade do Brasil, que é cheio de culturas. “Os adultos têm a missão de ensinar as crianças a cuidar dessa riqueza cultural”, diz.



Benjamim Gomes. Foto: Arquivo pessoal

Benjamim: ator e sonhador

Benjamim Gomes Sonata Justino tem 6 anos, mora em Niterói, no Rio de Janeiro, e encontrou no teatro um espaço para crescer e sonhar. “Quando minha mãe me matriculou no teatro, fiquei muito feliz”, conta. Equilibrando aulas de teatro e futebol, ele sonha em atuar em grandes produções. Já participou de uma peça, chamada A Fantástica Fábrica de Chocolate, e se apresentou para mais de 400 pessoas. Benjamim acredita que a arte “faz o cérebro funcionar melhor.”



João Pedro. Foto: Arquivo pessoal

João Pedro e a paixão pela bateria

João Pedro, de 9 anos, mora em Americana, em São Paulo, e descobriu sua paixão pela música aos dois anos, quando começou a “tocar panelas” em casa. “Eu sempre gostei de fazer barulho e descobrir ritmos diferentes”, brinca. Hoje, dedica-se à bateria, inspirado por artistas da cidade onde mora. “Meu maior inspirador foi o Luquinhas, que tocava na igreja”. Para João Pedro, a música é uma maneira de desenvolver habilidades: “A música me ajuda muito na matemática”. Seu conselho para iniciantes? “Comece aprendendo a segurar a baqueta e explore os ritmos.” Ele também afirma: “Sinto liberdade e prazer ao tocar. Adultos têm a missão de ensinar as crianças a cuidar dessa riqueza cultural”, diz.



Lara Madeira. Foto: Thalita Alves

Lara mistura ritmos musicais

Lara Rafaela Madeira, de 12 anos, vive em Osasco, em São Paulo, e iniciou sua carreira musical participando de um videoclipe. Atualmente, ela faz parte do grupo Estelar e recentemente lançou a música Dim Dom, disponível no Spotify. “A música Dim Dom foi feita para o Natal, mas continua disponível para todos ouvirem.” Influenciada por artistas como Ana Castela e o grupo Melim, Lara mistura estilos musicais para se expressar em diferentes momentos. “Nos dias agitados, adoro o estilo animado da Ana Castela, mas, para momentos mais tranquilos, prefiro as canções calmas do grupo Melim”, explica. Ela diz ainda que, no palco, sua timidez desaparece: “Parece que sou outra pessoa”. Lara também destaca: “Para mim, cantar tem muito a ver com dedicação. Faço aula de música, teatro, e na escola me esforço para dar o meu melhor.”

NA PRÁTICA



Tsunami inflável feito com mais de 1.100 sacolinhas plásticas em parceria com o Coletivo Flutua. Foto: Mundano

ARTIVISMO: O PODER DAS ARTES E DA CULTURA NA MOBILIZAÇÃO CIDADÃ

Por Susana Sarmiento

*“Antes da torre global,
Do Itaú Cultural,
Do metrô
E da metrópole,
Da parada gay
E do réveillon,
Era ele, o velho, belo e bom
Jequitibá do Trianon.”*

Com esses versos, o letrista, compositor, escritor e jornalista Carlos Rennó, 68 anos, propõe uma reflexão sobre as transformações ambientais promovidas pela expansão urbana e a vida agitada das grandes metrópoles. Aqui, o Jequitibá do Trianon é a testemunha de todo esse processo ao mesmo tempo criativo e violento. O trabalho de Rennó é uma referência do “ativismo” na luta contra o desmatamento. Além de Jequitibá, essa luta está em muitas outras de suas canções como *Demarcação Já* – que fez parte da campanha do Greenpeace em 2017 –, *Para Onde Vamos?* – utilizada na campanha da Coalizão pelo Clima, de 2019 – e *O Relógio do Juízo Final* – usada na campanha indigenista da Boa Foundation, de 2022.

O termo ativismo tem ganhado destaque como a fusão da arte e ativismo político, configurando-se como uma forma

potente de expressão e transformação social. Esse conceito reflete a utilização de manifestações artísticas – como teatro, música, grafite, cinema e performances – para mobilizar a sociedade, propor reflexões sobre o mundo, questionar estruturas de poder e promover mudanças.

O ativismo se diferencia por sua capacidade de sensibilizar e engajar as pessoas de maneira emocional e simbólica, ultrapassando as barreiras do discurso. Por meio de linguagens criativas e acessíveis, ele alcança diferentes públicos e contextos, provocando reflexão.

Rennó explica que a sua preocupação com a preservação dos recursos naturais teve início nos anos 1970: “Pelo que me lembro, o primeiro artista que começou a abordar esse tema

foi o Bené Fonteles, cantor, compositor e artista plástico, há 40 anos. Um artista cujo trabalho criativo é muito ligado à natureza, ao meio ambiente e às religiões ligadas à natureza. Fui apresentado a ele pela cantora Tetê Espíndola e foi nesse período que comecei a também compor canções, na época chamadas de ecológicas.”

Para o músico, vivemos o Antropoceno, uma era geológica em que a ação humana é o agente de mudanças profundas nos sistemas naturais do planeta, impactando desde o clima e a biodiversidade até as estruturas do solo. “Numa era como essa, a arte precisa assumir o papel de refletir e revelar o que está acontecendo no mundo”, afirma.



Mural “Pare a destruição” pintado com cinzas da floresta, lama das enchentes de Porto Alegre e argilas de diversos territórios indígenas, homenageando Alessandra Korap Munduruku. Foto: Ricardo Yamamoto

Arte nos murais

A questão ambiental também é tema de diversas intervenções do artista plástico Thiago Mundano, 39 anos. Em 23 de outubro de 2023, por exemplo, ele inaugurou um mural, no centro da cidade de São Paulo, no qual utilizou mais de 100 kg de elementos retirados de desastres ambientais no Brasil: cinzas de queimadas na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e na Mata Atlântica; e lama das enchentes no Rio Grande do Sul. O mural tem mais de 1.500 m² e reproduz o rosto da ativista indígena Alessandra Korap, que segura uma placa com a frase “Pare a destruição”, representando sua luta pela proteção das terras indígenas. Ao fundo, a floresta destruída pelas queimadas e pela lama.

Este trabalho faz parte do projeto Paredes Vivas Cinzas da Floresta, que utiliza a arte urbana como principal ferramenta para a conscientização ambiental, dispondo de cinzas de queimadas de florestas transformadas em tinta para a produção de murais colaborativos. Também ofereceram atividades de arte e educação a estudantes de escolas públicas ao entorno das empenas e contaram com a articulação de artistas locais nas cidades de São Paulo, Campo Grande, Goiânia, Fortaleza e Belém.

Mundano acredita “que as criações artísticas e estéticas de qualquer linguagem têm o poder de tocar o ser humano num lugar emocional, de nos fazer sentir muito mais forte o problema do que números.” Para ele, os dados são importantes, “pois com eles a gente consegue entender o

tamanho e a dimensão do desafio, mas é com a arte que conseguimos mover as pessoas.”

Para o artista, existem diversas manifestações que usam a arte como ferramenta de transformação social, política e ambiental: “Vejo que o grafite tem muita relevância, em especial uma vertente chamada de papo reto, assim como os saraus periféricos, que têm uma força gigantesca dessa poesia contra o seu cotidiano, da denúncia ao racismo estrutural, à violência doméstica. Isso é muito potente. Também vejo que as crianças estão trazendo um ativismo digital de pôsteres e memes muito poderoso.”

Em 2012, Mundano fundou o projeto Pimp My Carroça, que tem como objetivo “criar e desenvolver ações criativas e colaborativas a fim de impactar positivamente no reconhecimento e remuneração justa das catadoras e catadores de materiais recicláveis”. Segundo ele, a organização comemora 12 anos, impactando, até o momento, 96 cidades, mais de 10 mil carroças e envolvendo mais de 2 mil artistas, ilustradores e

grafiteiros. “Tudo que é criador de arte de rua que você possa imaginar já chegou junto com as carroças”, afirma.

Mundano acredita que o Pimp My Carroça atingiu importantes objetivos: “O App Cataki, por exemplo, tem dados e registros de mais de mil municípios com pessoas e catadores querendo reciclar. Estão vendo o ativismo se tornando ferramenta de aumento de renda para catadores de material reciclável, fazendo inclusive carrinhos e carroças elétricas para melhorar a vida e o trabalho dos catadores.”

Desde 2021, o Pimp My Carroça se uniu a diversas organizações da sociedade civil para criar a Coalizão Megafone Ativismo, que conta também com a participação do Instituto Socioambiental, Engajamundo, Sumaúma Jornalismo e Associação Intercultural de Hip-Hop Urbano da Amazônia (AIHHUAM). Uma das principais iniciativas da Coalizão é o Prêmio Megafone de Ativismo, que chega a sua 4ª edição neste ano para legitimar o ativismo em centros urbanos e espaço digital com foco no ativismo socioambiental, com 60 indicados e 14 premiados, em 14 categorias.

Ativismo literário: a palavra escrita e falada chega na Fuvest



Mel Duarte. Foto: Tamara Santos

Mel Duarte, 36 anos, é escritora, poeta, *slammer* e produtora cultural. Ela começou a escrever aos oito anos e conta que foram os saraus da cidade de São Paulo que a incentivaram a se dedicar à vida literária. Entre seus principais trabalhos estão os livros de poesia *Fragmentos Dispersos* (2013), *Negra Nua Crua* (2016, Editora Ijuma), *As bonecas da vó Maria* (2018, Itaú Leia com uma criança), *Querem nos calar: Poemas para serem lidos em voz alta* (2019, Editora Planeta), *A descoberta de Adriel* (2020, Itaú Leia com uma criança) e *Colmeia: Poemas reunidos* (2021, Editora Philos).

Mel também integrou o *Slam* das Minas e o coletivo Poetas Ambulantes. Ela explica que escrever é uma forma de se colocar no mundo e encontrou na poesia uma maneira de organizar o seu pensamento e de se fazer compreendida. Um de seus poemas, inclusive, o *Bem-vinda!*, que integra o livro *Colmeia: Poemas reunidos*, ganhou as páginas da prova da Fuvest de 2024.

“Eram faíscas suas palavras que me queimavam em doses homeopáticas durante todas as noites... Foram longos anos, dia após dia perdendo um pouco mais minha autoestima, abrindo mão das roupas que gostava, dos estudos, do trabalho e das amigas fazendo de tudo pra evitar brigas, mas ele sempre dizia que a culpa era minha.”

Os versos abordam um tema sempre presente no trabalho de Mel Duarte, que é a luta das mulheres contra os muitos tipos de opressão que sofrem ao longo da vida. Aqui, o tema é violência doméstica e relacionamento tóxico. “Eu descobri que o meu poema tinha caído na Fuvest porque comecei a receber mensagens de jovens que fizeram a prova. Isso me pegou de uma forma surpreendente, eu pensei: ‘Gente será que isso é verdade?’ Quando uma professora mandou para mim a prova, fiquei extasiada!”, conta entusiasmada.

E explica: “Comecei um coletivo chamado Poetas Ambulantes, com alguns companheiros e companheiras. Quando a gente declamava poesia no metrô, nos trens e nos ônibus, falávamos

para as pessoas: ‘Gravem bem esse nome, porque um dia nosso poema vai cair no vestibular.’”

A autora conta que o poema é claramente um exercício de ativismo: “O Bem-Vinda! é um poema que escrevi após ter um contato com a organização social Nova Mulher, que recebe mulheres que passaram por violências diversas e estão se recuperando. Quando recebi esse convite, ouvi muitos áudios de histórias de mulheres que enfrentaram diversos tipos de atravessamentos, mas ainda assim conseguiram sobreviver. É um texto que, quando declamo, a comoção é bem grande, porque é uma temática que infelizmente gira em torno da realidade de muitas mulheres.



Fique ligado

- Carlos Rennó: carlosrenno.com
- Mel Duarte: www.instagram.com/melduartepoesia
- Mundano: www.instagram.com/mundano_sp

GIRO DE ARTIVISMO PELO BRASIL

Batalhas de poesias para a ação

“E se o que está em jogo é lutar pela paz
Sejamos Mandela, sejamos Racionais
Pra pensar e cantar, coração em fúria
Que é feita de sangue, mas também de sol
Solidão e de fé e de dor
De irmandade e amor, é por isso que eu vou
E eu vou e eu vou...”

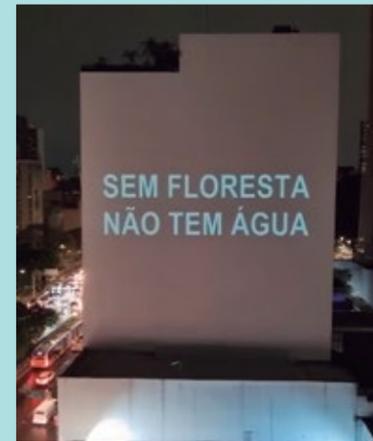


Foto da exposição Gira da Poesia – 15 anos de slam no Brasil no Instituto Tomie Ohtake, de 19 de julho a 8 de setembro de 2024

O trecho acima faz parte da poesia *Revide*, de autoria de Roberta Estrela D’Alva em *Afoxé do Mangue*, faixa do disco *Afrofuturista* de Ellen Oléria. Roberta é atriz, pesquisadora, produtora cultural e poeta, apresentadora do programa *Manos e Minas* e membro-fundadora do Núcleo Bartolomeu de Depoimentos (primeira companhia de Teatro Hip-Hop do Brasil). Referência no movimento *poetry slams*, as conhecidas batalhas de poesias faladas no Brasil, Roberta foi uma das curadoras da mostra *Gira da Poesia – 15 anos de slam no Brasil*, no Instituto Tomie Ohtake:



Slam é poesia popular, feita pelo povo e para o povo, que tomando para si de um lugar que é seu por direito, comparece em frente a um microfone para dizerem quem são, de onde vieram e trazer suas diversas poéticas, estéticas e seu ponto de vista sobre o mundo em que vive. É um espaço da escuta de vozes silenciadas. É a performance do corpo a corpo, do olho no olho, do ritual onde a palavra é comungada entre todos, sem hierarquias. Slam é educação não convencional, formação das quebradas, supletivo poético popular onde são repassadas as matérias que importam para enfrentarmos os difíceis tempos em que vivemos.”



Projeções em espaços públicos para protestar

Felipe Mozart é um dos idealizadores do Projetemos, uma rede nacional de projetonistas livres, que ilumina construções com projeções de mensagens sobre temas ambientais, sociais e culturais, convocando a sociedade para a ação.



Minha arte mobiliza as pessoas no momento em que as ilumina com nossas luzes da democracia.”

>> Conheça: www.instagram.com/projetemos

Projeção em São Paulo sobre os incêndios criminosos e a crise ambiental. Foto: Projetemos

Intervenção urbana traz histórias inviabilizadas

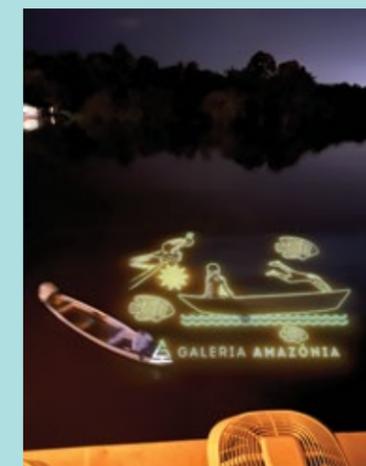
Soberana Ziza é uma artista com trabalhos de intervenção urbana e em espaços culturais sobre negritude, feminino e afrofuturista. Já foi indicada pelo Prêmio PIPA e ganhadora do Prêmio Pretas Potências, ambos em 2023.

A obra é *Fragmento do Apagamento – A História Negra se Manterá Viva* na baixada do Glicério, região central de São Paulo. Foto: Studio Soberana



Minha arte busca mobilizar o público ao criar conexões entre memória, identidade e território, provocando reflexões sobre o apagamento da história negra nos espaços urbanos. Através de performances e oficinas, convido as pessoas a interagirem com as narrativas que resgatam e reconstruem histórias invisibilizadas. Minha causa no ativismo é enaltecer a presença negra, especialmente feminina, nos marcos históricos e culturais, criando diálogos que inspirem ações e que a rua, esse lugar democrático, seja o caminho para esse encontro e debate.”

>> Conheça: www.soberanaziza.com



Arte digital como ação política

Roberto Adrião é designer, VJ e DJ, com trabalhos em vídeo *mapping* e decoração psicodélica. Atua na Conexão Puxirum, um coletivo de artistas em atividades socioculturais no Norte do país.

Projeto Galeria Amazônia, em maio de 2024, na comunidade Augusto Montenegro, Urucuritaba (AM). Foto: Roberto Adrião



A forma de atuação da minha arte digital conecta artistas, fazedores de cultura, empresas e profissionais independentes que trabalham colaborativamente. Juntos fazem do vídeo mapping uma ação política, especialmente quando pensado em intervenções por um apelo social sobre uma causa em questão. Essas ações inspiram crianças, jovens e adultos. Com atuação em Manaus, onde tenho a Conexão Puxirum, que usa a tecnologia, o design gráfico e o motion, o vídeo mapping e a decoração psicodélica como ferramentas para transformar a vida das pessoas em comunidades locais de Manaus e no interior do extremo Norte do Brasil.”

>> Conheça: www.instagram.com/conexaopuxirum

Arte-educação como ferramenta de transformação



Formação do Atelier Poético com estudantes da EM Celestino da Silva, no Museu de Arte do Rio (MAR). Foto: Douglas Dobby

Rafael Moreira da Costa Lima é o Viajante Lírico, artista do estúdio @marginowmusic, arte-educador, poeta, escritor, MC, ator, fotógrafo e comunicador do @portalcomunicria.



Minha arte é o caminho para a causa que eu acredito, que é a democratização do acesso à cultura e educação de qualidade, principalmente para crianças e jovens, de territórios populares. Utilizo poesia e rap como ferramentas de transformação social, levando atividades lúdicas e interativas para escolas, projetos sociais, museus e onde mais a arte permitir chegar. Acredito que arte e ativismo precisam andar lado a lado e colaborar na mobilização social, porque causa um impacto direto na sociedade, conscientiza, gera reflexão, empatia, faz o outro acreditar na possibilidade de fazer deste mundo um lugar melhor para se viver.”

>> Conheça: www.instagram.com/viajantelirico

Literatura traz as vozes da periferia



Literafeira de 2024. Foto: Me Parió Revolução

Adriana Santos de Oliveira, a Dri Reverso, é assistente editorial, produtora e faz parte da Edições Me Parió Revolução, um selo independente, organizado e criado por mulheres periféricas. Publica livros de autoras negras e periféricas e democratiza o acesso à literatura, com livros gratuitos e ações literárias em espaços públicos.



Ao promover a literatura como instrumento de resistência, o selo editorial Me Parió Revolução contribui para a conscientização e a mobilização sobre questões cruciais, como o genocídio da população negra, o empoderamento feminino, o feminicídio e a luta contra o racismo estrutural. Através de suas publicações e ações culturais, como saraus e feiras literárias, a Me Parió cria espaços de visibilidade para as histórias e vozes periféricas, historicamente marginalizadas nas narrativas dominantes da sociedade. O ativismo da Me Parió Revolução engaja a comunidade em ações concretas de resistência e transformação, contribuindo para a mobilização política e social em prol da justiça racial, de gênero e de classe.”

>> Conheça: www.mepario.com



Acese todos os links desta matéria a partir do QR Code (aponte a câmera do seu celular):



EM PERSPECTIVA



Criolo durante ensaios em São Paulo. Foto: @juca_photo

CRIOLO DÁ A LETRA: CULTURA SE CONSTRÓI NO DIA A DIA

Em entrevista exclusiva, o cantor, compositor e ator fala sobre como o rap abriu seus olhos para a realidade dos territórios periféricos no Brasil e as soluções transformadoras que são criadas pela cultura nas quebradas.

Por Daniele Próspero

“Em todos os cantos do país, as pessoas estão se dedicando e entendendo que a cultura é o caminho que encurta o encontro com o outro, para que as transformações possam acontecer. Pensar cultura nesse lugar é pensar ações de possibilidades. Porque cultura a gente está criando todo dia. Ela se constrói hoje, se desconstrói e se reconstrói todos os dias.”

A fala é do cantor, compositor e ator, Criolo, artista indicado sete vezes ao Latin Grammys, iniciativa que reconhece

e celebra a música latino-americana. Criolo ganhou recentemente o prêmio de “Homem do ano 2024” da GQ Brasil – revista mensal sobre moda, estilo e cultura para os homens –, na categoria “Visão além dos 40”, e dedicou o reconhecimento a todos os professores do Brasil. “O país que não valoriza seus professores é um país que está fadado ao fracasso”, disse na ocasião.

Nascido e criado no bairro do Grajaú, periferia da cidade de São Paulo, Kleber Cavalcante Gomes – o Criolo –, é filho do ex-metalúrgico Cleon Gomes e da professora, filósofa e escritora Maria Vilani, com a qual conheceu de perto a importância de valorizar as potencialidades e o bem das pessoas, tendo a cultura como a agregadora do território.

“Ela sempre foi inquieta com injustiça, valorizou muito o ser humano, foi essa pessoa de acreditar no outro, gostava muito de arte, provocava encontros, fortalecia o sonho do outro. A primeira feira de artes e artesanato no Grajaú foi ela quem fez. Juntava todo mundo para cada um mostrar a sua arte, para todo mundo brilhar, todo mundo celebrar o outro”, relembra.

E foi ali, justamente ali, na periferia da capital paulista, que Criolo conheceu o *rap*, começando a participar de disputas de rimas aos 13 anos, e, desde então, a música se tornou um espaço para ecoar seus pensamentos, denunciar as mazelas da sociedade brasileira e esperar novos caminhos, como diz a sua canção *Esperança*: “Hoje eu vim realizar todo sonho dos meus ancestrais. E deixar para trás todo pesadelo que os desfez.”

Para refletir sobre a cultura potente que pulsa nas periferias brasileiras e, também, analisar como tem se dado as perspectivas de apoio e políticas públicas para o campo cultural, a Revista Casa Comum promoveu um bate-papo especial com Criolo, que tratamos a seguir. Optamos por mudar o formato desta editoria, que normalmente traz um artigo, para apresentar a opinião do artista, destacando os principais pontos da conversa, a partir de temáticas centrais. Confira:

O rap como uns óculos para a realidade local

“O que me levou ao *rap* foi o próprio *rap*. Escutei uma música no final de 1986, tudo rimava, e aquilo foi mágico. E aconteceram duas magias no mesmo momento. Eu não sabia que palavras podem rimar e, segundo, aquele texto rimado parecia que descrevia o meu bairro, alguma situação em casa, da rua. De um modo muito instantâneo, aquele *rap* apresentou o que é contextualizar as coisas, o que é se perceber inserido em algo porque, até então, quando a gente é criança, a gente só vive e tenta não fazer traquinagem para não levar ‘puxão de orelha’. E o que aquele *rap* trazia de texto fez com que eu compreendesse que eu tinha vida e coisas acontecendo ao meu redor. E, a partir disso, um teste de responsabilidade sobre os meus pensamentos.

Eu sou filho de nordestinos, meus pais vieram do Ceará fugindo da fome, ‘tentar a sua sorte’, como diz o texto. Quando aquele rap mostrou que existia alguma coisa para se falar, comecei a perceber mais a minha rua, o que as pessoas falavam, o que era a verdade que eu estava inserido. De um lado muito natural, comecei a ver que lá também tinha esgoto a céu aberto e, então, tinha algo errado. Antes parecia que isso era natural. É comum as pessoas dizerem: ‘Agradeça que está aí e cuidado para não perder o que tem, mesmo morando num barraco, com um banheiro só para 10 moradias.’

Desse turbilhão de situações e emoções, alguma coisa mudou quando aquele rap me visitou, mas não só a estética sonora, mas de eu me perceber, que eu existo, e que existe algo ao meu redor, e que eu posso ser influência para o meu meio. E assim eu conto essa história.”

O hip-hop como revolução

“Respirei muito rap e, depois, fui conhecer o *hip-hop*, pois eu era muito isolado na minha rua. Era tudo muito solitário e eu era muito novo também. Em outros lugares da cidade, as pessoas estavam mais próximas. Pude conhecer a Casa do Hip Hop, em Diadema, por meio do Dandan. Lá eu vi que os jovens se reuniam não só para fazer rimas, mas para dançar, aprender o grafite, tinham rodas de leitura. Eles estavam juntos.

E o *hip-hop*, como um todo, é uma receita de transformação. Ele é revolucionário porque do mesmo jeito que eu pude enxergar de modo diferente a vida quando eu vi aquela letra de rap, que me deu ‘óculos’, quando você encontra um grupo maior de jovens, que estão respirando esse mesmo olhar, mas fazendo artes diferentes, é magnífico, é maravilhoso. É revolucionário mesmo. Mexe com as suas moléculas, você respira diferente, o seu coração bate diferente.”

A formação das lideranças comunitárias

“Começaram a ter grandes bailes de *hip-hop* e as pessoas se encontravam e conversavam. E, em algum momento, você vai falar sobre o bairro: ‘Tenho que voltar cedo para casa, porque eu cuido do meu irmão para os meus pais trabalharem, porque lá não tem creche. E a sua escola? Ah, vai fechar o período noturno, não vai ter mais. Mas, espera, isso não pode’. As pessoas começam a saber o que está acontecendo.

Eu acredito que as ações humanitárias, de construções políticas, começam a nascer nesses lugares. Eu vi muitas lideranças dos direitos humanos nascendo na minha frente, sem saber essa nomenclatura. Você vê as pessoas criando, na sua frente, liderança de modo natural. Quando as pessoas se reúnem, a mágica acontece.”

O papel dos artistas na defesa dos direitos humanos

“Para mim é tão natural isso, porque eu cresci numa São Paulo tão cruel, mas com pessoas tão incríveis. Cresci numa cidade desumana, com pessoas ultra-humanas. É uma cidade horrível, mas feita por pessoas lindas. Acredito, então, que a gênese de tudo é se isso te toca. Se te tocar, vai permear todo o seu trabalho.

Ver uma pessoa sofrendo te toca, te emociona? Saber que tem uma criança bebendo água de esgoto mexe com você? Te emociona ver uma senhora, na melhor idade, juntando coisas na cidade para o ferro-velho para ver se paga a janta dela?

É algo muito pessoal. É como respirar, sobretudo para quem já sofreu na vida, que não quer ver o outro sofrer. Quando algo te machuca, cada um reage de um jeito. Como é transformar tudo isso? É entender que não é legal o jeito que o país trata o que é mais importante, que é o seu povo.”



Criolo durante ensaios em São Paulo. Foto: @juca_photo

Políticas públicas de acesso à cultura no país: fortalecer e ampliar as ações

“O que tem hoje é de extrema importância e solto fogos por isso. Mas, acho que são poucas políticas e ainda num lugar de emergência. E digo, ainda, tem que ter mais, porque as soluções são incríveis, os retornos são extremamente positivos. As quebradas sempre deram um retorno muito positivo com os poucos recursos que são enviados. As quebradas já estão fazendo, as lideranças comunitárias já estão fazendo, cada um está fazendo o que está ao seu alcance. O que falta é ouvir mais a quebrada, dar mais atenção e levar com um pouco mais de respeito e consideração as soluções que são construídas a partir daquele território. Porque não é só enviar a grana, é ser parceiro, estar junto. Da mesma forma que o governo é parceiro de empresas, tem que ser parceiro do cidadão. O maior parceiro da cidade é quem habita a cidade.

Além disso, as políticas são ainda sazonais. A gente não tem um linear, sempre está com coração na mão, perguntando:

‘Será que vão conseguir fazer o trabalho com as crianças no ano que vem? E com os idosos? Não sei!’. Esse não linear também atrapalha a pessoa que está no território, fazendo acontecer. Ou seja, é preciso fortalecer o que existe e criar novas políticas, trazer mais subsídios e se sentir parceiro.

Outro ponto é que vamos levar mais uns 50 anos para recuperar o que tínhamos conquistado na cultura depois dos últimos anos de retrocessos. Vamos ter que lutar de novo e ver o que vai ser daqui para frente.”

O apoio e a valorização da sociedade

“Tem parte da sociedade que não entende, por exemplo, que um edital de cultura é um trabalho como qualquer outro. Não é uma migalha ou coisa melhor. É trabalho. Só que parte da sociedade não valida isso. Acha que toda favela tem que ser um campo de concentração. Acha que não tem que ter cultura, não tem que ter apoio, que o dinheiro tem que servir para outra coisa, porque ali vai ser perda de tempo. É como o ser humano abrindo mão da própria raça. Há milhares de pessoas que trabalham de modo sério, que entregam a sua vida a isso. E as outras esferas da sociedade, enxergam como? Dificulta muito ainda.

Da mesma forma que existe um legado maravilhoso do que se constrói da cultura, do que esses agentes sociais que estão, no dia a dia, tentando construir uma cidade melhor, algumas pessoas acham que periferia não é cidade. Como vou lutar para melhorar algo que eu acho que não faz parte da cidade?”

Cultura e educação e os caminhos para esperar

“Não dá para pensar em cultura sem educação. E os agentes que movem a cultura do país, as pessoas que estão nos seus territórios, se tem isso natural no coração, é passado para frente, de que é necessário transformar o nosso ambiente, buscar um espaço com mais dignidade para todos, de que é preciso valorizar mais o ser humano, acreditar no ser humano, que tem jeito, que é possível, e ter força para propagar essa ideia. Tem gente que não canta isso, não escreve sobre isso, mas de algum jeito, fortalece uma ação como essa. Minha palavra hoje é de agradecimento a todas essas pessoas que estão fazendo a cultura no dia a dia, que tem dedicado a sua vida, seu sangue, seu suor, suas lágrimas, seu sorriso, sua juventude, para querer uma transformação. Mantenham o sonho vivo, sigam seus corações. Se o ser humano não estivesse desacreditando no próprio ser humano, não precisaríamos ter essa conversa.”

>> Conheça mais sobre a atuação e trabalhos do Criolo em: www.instagram.com/criolomc

MOBILIZE-SE



Músicos entoam ritmos tradicionais, unindo vozes e tambores em uma celebração cheia de energia. Cananéia (SP), 2024. Foto: Maurício Velloso

CRIATIVIDADE IMPULSIONA A CULTURA: CONHEÇA INICIATIVAS QUE INCENTIVAM A MOBILIZAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

Plataformas on-line são aliadas na disseminação de ações, projetos, propostas, certificados, mapas, acervos, cursos e formações na área cultural.

Por Maria Victória Oliveira

Quem nunca se deparou com um bom filme, uma letra de música que faz arrepiar, um livro que emociona ou uma apresentação cultural que resgata a fé na humanidade? Em comum, todas essas manifestações culturais e intelectuais são centradas na criatividade humana.

Com mais de 212 milhões de habitantes, estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2024, não é difícil imaginar que todas essas pessoas – únicas em suas experiências – pensam, criam, consomem e vivem de formas diversas, tornando o potencial criativo algo praticamente infinito.

Entretanto, alcançar, conhecer, preservar e proteger toda essa criatividade e conhecimento cultural de uma população espalhada por 5.570 municípios ainda representa uma tarefa desafiadora.

Para responder a essa missão e, assim, chegar a grande parte das cidades brasileiras, os últimos anos no setor da cultura foram marcados pela criação de políticas, programas, ferramentas e linhas de apoio, que reforçam a importância de iniciativas culturais locais.

Pressionar e demandar o poder público, se organizar nos grupos do bairro, fazer pontes entre diferentes grupos dentro de uma mesma comunidade para que compartilhem experiências são exemplos da mobilização popular em prol da continuidade da cultura. Esse movimento é o responsável por mantê-la viva nos territórios. A seguir, confira alternativas que visam à mobilização cultural:



Certificações

Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)

Com mais de 20 anos de existência, o INRC é um instrumento de identificação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A plataforma digital está apta a receber documentos, fotos, áudios e vídeos sobre as manifestações culturais de diferentes territórios brasileiros, inicialmente de projetos-piloto selecionados via edital. Com isso, a ideia é identificar, documentar e difundir os bens culturais expressivos da sociedade brasileira. Podem ser inscritos saberes e modos de fazer; celebrações e festas; linguagens musicais, iconográficas e performáticas; e também os espaços onde todas essas manifestações culturais acontecem. Neste momento, o novo modelo da plataforma está em fase experimental, em um processo de tratamento e digitalização de projetos, por exemplo, do Inventário do Museu Aberto do Descobrimento (MADE), com 186 inventários, mapeamentos e levantamentos documentais realizados por diferentes organizações e grupos em todo Brasil.

>> Acesse: inrc.iphan.gov.br

Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura

Pontos de Cultura são organizações de natureza ou finalidade cultural, com ou sem CNPJ, sem fins lucrativos, que desenvolvem e articulam atividades culturais em sua comunidade e em rede, há mais de dois anos. Já os Pontões de Cultura são entidades com CNPJ que devem atuar também há mais de dois anos no desenvolvimento de ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de Pontos de Cultura e demais iniciativas culturais, seja em âmbito territorial ou com um recorte temático ou identitário. É possível obter virtualmente a certificação simplificada como Ponto ou Pontão de Cultura, em um processo que leva, no máximo, três meses. Depois do reconhecimento, a entidade/grupo estará georreferenciado no Mapa da Rede Cultura Viva. Cidadãos, organizações da sociedade civil e coletivos culturais estão aptos a realizar o cadastro.

>> Acesse: culturaviva.cultura.gov.br/novo-cadastro/

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_12_34



Consultas e mapas

Floresta Ativista

Criada a partir da parceria entre hacklab/, o Fora do Eixo, a Mídia NINJA, a Rede Livre e coletivos, a Floresta Ativista é uma plataforma que funciona como repositório de diferentes iniciativas de coletivos, redes e pessoas que endereçam uma diversidade de lutas civilizatórias da atualidade. Na plataforma de software livre - ou seja, que aceita contribuições para seu aprimoramento e desenvolvimento -, é possível acessar quatro categorias: oportunidades que envolvem inscrições - como em oficinas, aulas, editais, convocatórias e eventos; notícias sobre comunidades e ações que compõem a rede; consulta de espaços e empreendimentos culturais e ativistas; e, por fim, perfis de pessoas com interesse e atuação nas áreas de arte, cultura, comunicação e ativismo. Ao consultar a página de uma das 23 comunidades mapeadas atualmente pela plataforma, é possível acessar o site de cada iniciativa, galerias de fotos e vídeos, suas principais áreas de atuação, redes sociais e formas de contato.

>> Acesse: rede.florestaativista.org

Mapa IberCultura Viva

Iniciativa dos Ministérios de Cultura de 13 países – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai –, a plataforma foi criada para mapear, conectar e dar visibilidade às iniciativas culturais comunitárias Ibero-americanas. Além de um mapa que registra agentes, espaços e eventos dos países, a iniciativa também conta com um mapeamento de oportunidades – como editais, prêmios e oficinas – de cultura comunitária; um calendário com os principais eventos; uma rede de agentes culturais cadastrados; e, ainda, uma listagem de projetos culturais, leis de fomento, mostras e convocatórias. Vale ressaltar que o mapa é uma iniciativa de *software* livre e está disponível para receber contribuições de aprimoramento.

>> Acesse: mapa.iberkulturaviva.org

Redes de Pontos e Pontões de Cultura

Em 2023, foram selecionados 42 Pontões de Cultura, via edital do Ministério da Cultura, com o objetivo de articular, mapear e capacitar as redes territoriais e temáticas de pontos de cultura no país. As entidades estão distribuídas por 27 territórios em 22 estados e no Distrito Federal. O grupo selecionado integra a Rede de Pontos e Pontões de Cultura, que conta com mais de 7.200 entidades ou coletivos cadastrados como Pontos e Pontões em todo o território nacional. Na navegação, é possível aplicar filtros de pesquisa, como tipo de ponto: ponto coletivo, ponto entidade ou Pontão, áreas de atuação (mais de 380 opções), ou estados.

>> Acesse: culturaviva.cultura.gov.br/mapa/#map



Cursos e formações

Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural

Iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), do Ministério da Cultura e do governo federal, a Escult é uma plataforma de cursos *on-line* do universo da cultura. Todas as formações são gratuitas e se dividem em três categorias: cursos livres, de formação inicial e continu-

ada (FIC) e de especialização (via edital). Todas as pessoas com Ensino Fundamental completo podem se inscrever. As formações envolvem diferentes aspectos da cultura, desde um viés mais técnico e de gestão, até fotografia, edição de vídeo, sonorização e outros.

>> Acesse: escult.cultura.gov.br

Festival Afro de Juventude e Cidadania

Realizado pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e Unegro (União de Negros e Negras pela Igualdade) – além de apoio de instituições regionais –, o Festival consiste em um conjunto de seis formações, gratuitas e *on-line*, sobre questões raciais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As temáticas são: Captação e Gestão Financeira de Recursos para Projetos; Necropolítica, Brutalismo e Genocídio da Juventude Negra; Raça, Juventude e Brasilidade; Sobreviver no Inferno ao Paraíso: O Rap Enquanto Sentido da Vida; Racismo na Escola: Não basta falar, é preciso agir!; Cultura Afro, Produção de Eventos e Orgulho Racial. Cada formação tem duração de 40 horas, com aulas assíncronas e indicação de materiais complementares, e os participantes recebem certificado ao final de cada curso.

>> Acesse: cemj.org.br/festivalafro

>> Saiba mais: [instagram.com/cemjbrasil](https://www.instagram.com/cemjbrasil)

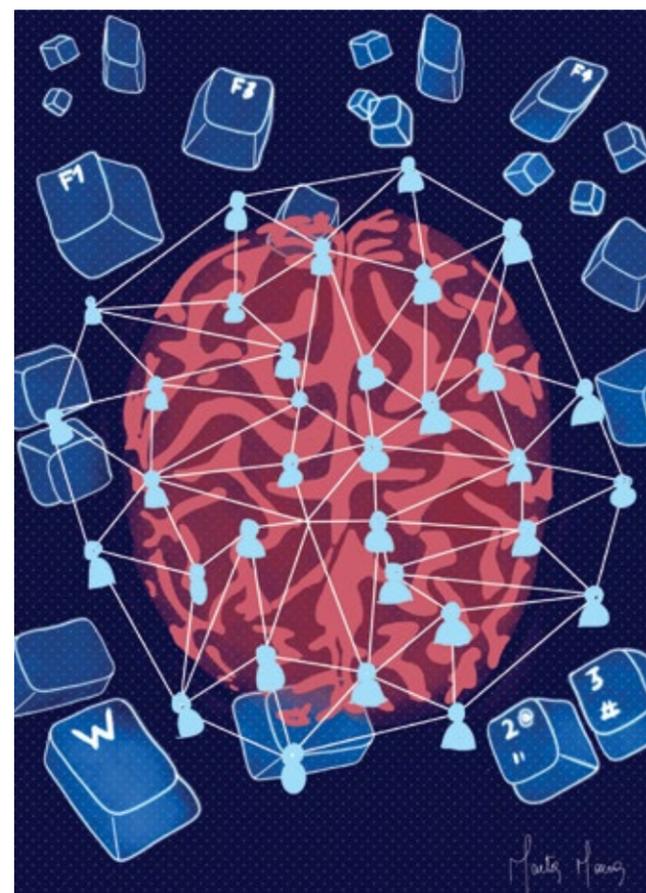
Instituto, Rede e Universidade Afrolatinas

Afrolatinas reúne um verdadeiro conjunto de atuações. O instituto consiste em uma organização de mulheres negras que desenvolve ações transversais a partir da educação, das artes, da cultura e da comunicação. Com isso, tem como objetivo articular e fortalecer diferentes saberes: nas artes, na academia, na rua, em casa, na escola, no chão de fábrica, na comunicação, nos movimentos sociais. Para que isso seja possível, atua a partir de 21 eixos de trabalho, que incluem Bem-Viver, Cultura Negra, Economia Criativa, Gestão Cultural, Comunicação e Impacto Social. No eixo de educação, por exemplo, está a Universidade Afrolatinas, criada em 2023 com a missão de democratizar conhecimentos sobre gestão, história, cultura e identidade, com foco na preservação do patrimônio cultural e da memória negra. A iniciativa segue o modelo de universidade livre, com jornadas de conhecimento, com diferentes formatos, linguagens e cargas horárias a fim de possibilitar uma educação acessível, inclusiva e transformadora. Em 2025, serão realizadas duas jornadas: uma sobre Acessibilidade Cultural e outra sobre Políticas Afirmativas na Cultura.

>> Acesse: afrolatinas.com.br

CIDADANIA DIGITAL

O PÓS-HUMANO CRÍTICO EM SEU ESTADO ATUAL



uma narrativa que brotou entre os tecnólogos ufanistas da Califórnia (EUA), cujo enredo salvacionista propõe que quanto mais a tecnologia avança, mais ela trará o aperfeiçoamento da espécie até o ponto de vencer a mortalidade.

Feita essa diferença, podemos passar a uma breve apresentação das propostas bastante distintas e, sobretudo, críticas que caracterizam o pós-humano.

Pode-se afirmar que a manifestação originária explícita do pós-humano teve origem em 1985, com a publicação do Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway. A natureza política pró-feminista desse manifesto acolheu a atenção de feministas, não só norte-americanas, engajadas na liberação das mulheres dos grilhões do patriarcado. Esse manifesto foi tão interpretado e divulgado que deu origem ao ciberfeminismo, um movimento que se expandiu, se transformou até se encontrar hoje com o movimento intelectual e ativista da interseccionalidade.

O pós-humano de ontem para hoje

Nos seus inícios, o que estava em questão no pós-humano eram as transmutações operadas no corpo e na vida humana pelos avanços tecnológicos. Em vista disso, no meu livro *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*, publicado *avant la lettre* no Brasil (2003), a par de buscar caracterizar as novas formas de cultura que brotavam no ciberespaço, coloquei ênfase naquilo que passei a chamar de “corpo biotecnológico”, nomenclatura que prefiro a ciborgue, este muito sobrecarregado de distorções fantasiosas pelas ficções cinematográficas.

Entretanto, se voltarmos nossa atenção para as realizações artísticas, iremos verificar que, desde as primeiras décadas do século 20, como se tivessem adivinhando a chegada futura da revolução digital e de suas consequências culturais e, sobretudo, para a política dos corpos, os artistas, com as antenas de sensibilidade que lhes são próprias, já estavam colocando o corpo sob interrogação. Nas décadas que se seguiram, com irreverência, rebeldia e resistência à oficialidade instituída da arte, os artistas tomaram seu próprio corpo como objeto de intervenções surpreendentes e criações muitas vezes insólitas.

Então, nos anos 1990, impactados pelo avanço tecnológico sobre o corpo, o vocabulário dos artistas multiplicou-se no intento de dar expressão às metamorfoses pelas quais o corpo humano estava passando: pós-biológico, autômato cibernético

Por Lucia Santaella*

Todas as vezes em que sou chamada a falar ou escrever sobre o tema do pós-humano, tomo como ponto de partida a necessária diferenciação entre o pós-humano crítico e a expressão que se tornou, infelizmente, bastante conhecida com o nome de trans-humanismo.

A diferenciação é de suma importância porque, enquanto o pós-humano é um movimento crítico que emergiu internacionalmente com ênfase, por volta dos anos 1990 na agenda intelectual, cultural e artística da filosofia e dos estudos culturais, o trans-humanismo se constitui em

e informático, corpo obsoleto etc. Essa nomenclatura acabou por ser abarcada pelo termo pós-humano em um contexto mais amplo em que o corpo veio a ser tratado no contexto da filosofia e da crítica cultural.

Desde então, a questão do pós-humano se desdobrou, sendo difícil encontrar uma definição acabada diante de uma variedade de tendências expostas por expoentes no cenário internacional. Pode-se, no entanto, afirmar que, em uma perspectiva filosófica, é possível sintetizar que esse movimento fez nascer uma preocupação relativa à necessidade de se repensar a própria ontologia do humano. Segundo Callus e Herbrechter (2012, p. 250 *apud* Dománska, 2024, p. 59), o pós-humanismo:

Pode ser visto como uma tentativa de criar uma plataforma conceitual interdisciplinar que reúna perspectivas e investigações das artes, humanidades e ciências perante uma interrogação radical e acelerada do que significa ser humano e qual(is) poderá(ão) ser o(s) fim(ns) reimaginado(s) do humano. Assim, ele se concentra fortemente nos desafios tecnológicos, culturais, sociais e intelectuais contemporâneos às noções tradicionais de humanidade e à instituição das humanidades.

Do pós-humano ao não humano

Trata-se, portanto, de interrogações sem respostas acabadas em um mundo em aceleração. Foi assim que, desde a primeira década dos anos 2000, as discussões dos especialistas internacionais expandiram-se gradativamente do pós-humano para o não humano. As discussões tiveram início nas reflexões acerca dos Outros do humano, a saber, os animais, os outros reinos do vivo e, também, os objetos. Essa virada para os objetos deu-se em dois níveis: o empírico e o filosófico.

O nível empírico foi provocado pelos avanços tecnológicos da Internet das Coisas (IoT, em inglês) e das cidades inteligentes com a transformação em seres sencientes dos objetos equipados com sensores. Essas emergências convergiam na desmontagem da pretensa integridade humana que costuma imputar como monstruosas quaisquer misturas e hibridismos.

Na sua versão filosófica, o não humano foi impulsionado por um novo movimento com o nome de realismo especulativo ou Ontologia Orientada ao Objeto (OOO), um movimento que foi se ampliando na constituição de um grande guarda-chuva de ideias que, na contiguidade com o pós-humano, se tornou conhecido como não humano, cujo elenco de tendências na sua pletera de temas nos é fornecida por Grusin (2015, p. vii, viii).

1. Inspirado na teoria ator-rede de Bruno Latour e outros, o não humano versa sobre os objetos sociotécnicos a partir de uma ontologia plana entre humanos e não humanos, ou seja, dos agenciamentos não humanos que Latour chamou de parlamento das coisas.
2. A teoria dos afetos, tal como foi mobilizada pelas discussões sobre diversidade sexual, em defesa da legitimidade das formas de afetividade não convencionais.
3. As teorias do cérebro, neurociências, ciências cognitivas, inteligência, consciência e vida artificiais.

4. O novo materialismo nas teorias feministas, protagonizado particularmente por autoras negras sob a tutela da interseccionalidade na sua proposta de cruzamento de fatores identitários como gênero, raça/etnia, idade, orientação sexual etc.
5. As teorias midiáticas que, na sua atenção para as redes, interfaces e análise computacional, hoje são responsáveis pela denúncia da disseminação de *fake news*, *deep fakes*, discursos de ódio, teorias da conspiração, negacionismos e as consequências nefastas que isso traz para a democracia.
6. Todas as variedades do realismo especulativo, até o neovitalismo e o pampsiquismo, trazem a visão de que o psíquico permeia todas as esferas da realidade.

Em suma, o que se tem aí é uma diversidade de estudos que buscam caminhos de enfrentamento, nas artes, nas humanidades e nas ciências sociais, aos desafios que o século 21 está apresentando. Ou seja, enfrentar os modos como este século implica, mais do que isso, exige o nosso engajamento com o que não é humano, tais como mudanças climáticas, secas, fome, biotecnologia, genocídio, terrorismo, guerra e, até mesmo, o Antropoceno, o novo período geológico do planeta, fruto do peso e feridas que as ações humanas, muitas vezes insanas, imprimiram sobre a biosfera.

Referências bibliográficas

- DOMÁNSKA, Ewa. *A história para além do humano*. Belo Horizonte: FGV Editora, 2024.
- GRUSIN, Richard. Introduction. In: Richard Grusin (org.). *The nonhuman turn*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, p. vii-xxix, 2015.
- HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: Science, technology, and socialist feminism in the late twentieth century. In: *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature*. New York: Routledge, [1985] 1991.

Para saber mais

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura de massas à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

* **Lucia Santaella** é professora titular na pós-graduação em Comunicação e Semiótica e em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Doutora em Teoria Literária pela PUC-SP e Livre-docente em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Publicou 57 livros e organizou 34. Recebeu os prêmios Jabuti (2002, 2009, 2011, 2014), o prêmio Sergio Motta (2005) e o prêmio Luiz Beltrão (2010).

AGENDA DE PRESSÃO



O movimento e a força das danças tradicionais ganham destaque sob as luzes do palco, celebrando a ancestralidade durante o Festival das Culturas Populares e Tradicionais de Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso

LEGISLAÇÕES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL BUSCAM VALORIZAR E PROTEGER OS FAZEDORES DA CULTURA POPULAR BRASILEIRA

Por Daniele Próspero

“Os saberes e fazeres dos mestres e mestras torna a sociedade muito melhor: faz bem para a alma, para a natureza e para a nossa convivência. Valorizar os mestres é dar um não para o racismo. Essa lei me remete a algo muito importante que é a reparação social que precisamos fazer nessa sociedade racista.”

A fala de Gilberto Augusto da Silva, mestre jongueiro e presidente do Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais ecoa a luta de milhares de fazedoras e fazedores de cultura popular do Brasil que, há 14 anos, estão em busca da aprovação do PL 1.176/2011, a Lei das Mestras e Mestres, para criar um marco legal de proteção e promoção dos conhecimentos e das manifestações culturais. O PL é analisado pelos parlamentares em conjunto com o PL 1.786/11, que institui a Política Nacional Griô para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral.

“Somos resistência e merecemos respeito pela nossa história. É simples. Basta implementar. Eles ajudaram a construir o nosso país. O conhecimento que eles têm das raízes é tão fundamental”, complementa Iara Aparecida Ferreira, mestra do Congado e criadora do Ponto de Cultura Moçambique Estrela Guia.

Os depoimentos de Gilberto e Iara foram apresentados durante audiência pública realizada no final de novembro de 2024, na Câmara dos Deputados em Brasília, como mais uma ação para pressionar os legisladores para a aprovação do projeto de lei que cria o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Ao longo de todos esses anos de tramitação, diversas ações foram realizadas pelos defensores dessa causa, mas, até o momento, a lei não saiu do papel. Atualmente, o PL 1.176/11 está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A proposta prevê o pagamento de um auxílio financeiro de, pelo menos, dois salários mínimos a pessoas que reconhecidamente representem a cultura brasileira tradicional, de acordo com critérios do Conselho Nacional de Política Cultural.

“O ecossistema das culturas populares inclui diversos atores como brincantes, gestores, pesquisadores, fotógrafos, cinegrafistas e produtores culturais. Programas, políticas, editais públicos e privados normalmente contemplam esses profissionais que revelam e fomentam atividades culturais necessárias para divulgar as manifestações em variados espaços, para toda a nossa sociedade. O PL 1.176/2011 é uma das poucas ações em que o dinheiro público chegará diretamente para mestras e mestres, os grandes protagonistas das transmissões dos saberes e conhecimentos das comunidades e povos tradicionais. Por isso, a sua aprovação é urgente e uma resposta real do poder público para o reconhecimento dos formadores das culturas populares do Brasil”, ressalta Thereza Dantas, integrante do Pontão de Cultura Rede das Culturas Populares e Tradicionais e diretora do Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais.

Histórico das legislações

O antropólogo Marcelo Simon Manzatti explica que a aprovação desse projeto vem atender a uma demanda que está presente na Constituição de 1988, que, no seu artigo 215, faz referência às fontes da cultura nacional e, no seu artigo 216, fala dos bens do patrimônio material e imaterial, e da importância dos portadores de referência da identidade. Porém não há ainda uma legislação em nível nacional ou política de Estado que garanta que essas ideias se concretizem.

“É quase unânime que uma das fontes mais importantes são as expressões das culturas populares e tradicionais. São as manifestações, práticas e fazeres gigantescos que estão contidos nesse universo, a principal fonte da nossa identidade, da onde a gente busca as referências do que seriam as identidades de ser brasileiro”, comenta.

Segundo Marcelo, o debate não começou em 2011, com a criação do projeto de lei, mas bem antes, quando o Brasil passou a acompanhar mais de perto as discussões internacionais sobre o tema. Em 1989, por exemplo, foi criada a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, dentro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sendo o primeiro grande documento que faz referência à proteção das culturas tradicionais e populares.

Já em 2003, surgem as Diretrizes para a criação de sistemas nacionais aos tesouros humanos vivos, que são os guardiões desses saberes e fazeres nas diversas comunidades que os praticam. Marcelo explica que havia a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) para que os países criassem políticas e cuidassem desses saberes, tendo em vista o avanço da globalização, e a possível perda que poderia ocorrer, e das vulnerabilidades sociais que atingem as pessoas dessas comunidades.

“O que existem nessas leis é, primeiro, o reconhecimento oficial por parte do Estado da importância desses mestres, da importância estratégica desses saberes para a cultura nacional como um todo, que o Estado registre esses saberes em livros, vídeos e disponibilizem amplamente para a população e faça circular. E, segundo, o apoio financeiro para que essas pessoas possam continuar com suas práticas e possam fortalecer o processo de transmissão para as novas gerações. Isso é a base.”

Segundo o antropólogo, o Brasil até saiu na frente e, por meio do decreto 3551, de 2001, criou o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, que são 4 livros: dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares (veja mais no Raio-X, na página 22). Infelizmente o quinto livro foi esquecido, ele seria sobre os tesouros vivos, ou seja, os mestres.

A partir de 2000, vários estados do Brasil começaram a criar suas leis de mestres estaduais. O primeiro foi Minas Gerais, em 2002, mas não foi adiante em termos práticos, ao contrário de Pernambuco, que, desde 2002, também tem adotado ações de proteção. Em seguida, outros estados, principalmente do Nordeste, passaram a criar suas leis: 2003, Ceará e Bahia; 2004, Alagoas e Paraíba; 2007, Rio Grande do Norte; em 2008, o Piauí; entre outros. Também os municípios, em 2007, como São Luís do Maranhão e, em 2009, Laranjeiras, no Sergipe. E hoje já há dezenas de municípios que adotaram mecanismos.

Tramitação sem fim

Mas, afinal, por que a demora na aprovação desses projetos de lei? Segundo a avaliação de Marcelo, há vários fatores. O primeiro é o fato de que as pautas de cultura não sensibilizam e não são prioridades no Congresso, sendo muito raro deputados que abracem essa causa. Outro ponto é que o Ministério

da Cultura, ao longo dos anos, não se envolveu nas ações para a aprovação dos projetos. E, por fim, o tema da cultura popular é uma pauta marginal dentro da própria cultura, mesmo sendo um segmento muito amplo.

“Não é um tema que está na primeira prateleira. E deveria ser, pois esse é o grande segmento da cultura. É só olhar tudo o que está envolvido com samba, capoeira, congada, festas populares religiosas etc. Porém é sempre vulnerável do ponto de vista social, grupos sempre excluídos. Assim, a cultura que eles produzem nunca foi uma marca importante, que não merecia a gestão. Só que a gente sabe que não é isso, tem uma diversidade gigantesca”, comenta.

Marcelo destaca que, ao longo dos anos, as leis locais também foram se modificando. Porém não se sabe ao certo como estão tais legislações. Atualmente, inclusive, está sendo realizado um levantamento, do qual Marcelo está participando, para se criar um panorama real da situação das legislações e os benefícios para os mestres e mestras.

Confira os 8 benefícios da aprovação dos PLs identificados pelo antropólogo Marcelo Simon Manzatti:

1. Vão reconhecer oficialmente os mestres como detentores de conhecimentos estratégicos para a proteção da diversidade cultural equiparando esses saberes aos acadêmicos;
2. Podem induzir outros estados e municípios que não adotaram políticas semelhantes, uma vez que tem o Sistema Nacional de Cultura regulamentado, isso pode universalizar esses mecanismos;
3. Os PLs preveem a integração desses saberes ancestrais ao sistema oficial de ensino, potencializando que esses saberes sejam conhecidos de todos;
4. Preveem o apoio financeiro para o fortalecimento dessas tradições e isso pode resolver as carências materiais vivenciadas nas comunidades tradicionais;
5. Complementam o que está previsto na Constituição de 1988 e nas convenções da ONU de que o Brasil é signatário e, portanto, precisa cumprir essas leis e não está cumprindo;
6. São fruto do trabalho de anos dos movimentos e redes de culturas populares, que merecem respeito;
7. Combatem o racismo estrutural que marca a sociedade brasileira e as desigualdades sociais e culturais;
8. Viriam atender a um setor da economia da cultura, que é o maior setor e que gera os maiores resultados financeiros, de trocas comerciais e materiais, entre as comunidades, gerando riqueza, trabalho e renda.

Próximos passos

O texto do PL, depois de passar por várias comissões, está agora na Comissão de Constituição e Justiça e, se for aprovado, vai para o Senado, não precisando ir para o plenário. Um passo importante, na avaliação de Marcelo, é que os cidadãos pressionem seus deputados a votarem a favor da lei.

Outro caminho possível, tendo em vista a atual realidade brasileira – depois de 14 anos em tramitação – seria a criação de um novo projeto de lei, pautado pelo Ministério da Cultura, com novas discussões que estão acontecendo. O MinC, por meio da portaria 151, de agosto de 2024, criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de produzir subsídios para a elaboração e implementação da Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares, com a participação de diversas secretarias e outros ministérios, uma prioridade votada na Conferência Nacional de Cultura.

“A questão dos mestres vai ser uma das prioridades. O ideal seria realmente a criação de uma lei votada pelo Congresso Nacional, o que garante que seja estabelecida. Se não, vira programa de governo e não uma política de Estado. Se for lei ordinária, é outra garantia”, comenta Marcelo.

Como participar



Você pode colaborar assinando o abaixo-assinado. Além de assinar, é possível também compartilhar para que mais pessoas possam aderir e se engajar na causa.

>> Acesse: bit.ly/RCC_12_41



Mais informações podem ser obtidas também com a Rede das Culturas Populares e Tradicionais pelo e-mail:

pontaodeculturarcpt@gmail.com ou www.instagram.com/rededasculturas



A audiência pública sobre o PL 1.176/2011, no canal da Câmara dos Deputados, pode ser conferida pelo [link: bit.ly/RCC_12_37](https://bit.ly/RCC_12_37)



Fique por dentro

- PL 1.176/2011, a Lei das Mestras e Mestres: bit.ly/RCC_12_38
- PL 1786/11: bit.ly/RCC_12_39

RETRATO BRASIL

CULTURA QUE TRANSBORDA POR TODO O PAÍS

A dança, a poesia, a culinária, a construção artesanal de um instrumento musical, o jeito de fazer um plantio... Tudo é cultura e retrata o modo de ser, de viver e sentir de um povo. Neste ensaio, três artistas trazem sua arte em fotografias para dar luz à cultura brasileira.

Sarau da Brasa: chão que acolhe

Por Sonia Regina Bischain

O Coletivo Cultural Poesia na Brasa foi o quarto sarau a surgir na cidade de São Paulo. Atua no bairro de Vila Brasilândia, periferia da zona Norte, desde julho de 2008, promovendo saraus mensalmente. É um espaço aberto à população, frequentado por moradores, professores e alunos da região, no qual todos podem expor, expressar e compartilhar arte: poesia, cordel, dança, música, fotografia, artes plásticas, grafite, artes cênicas... Promove, assim, além do sarau, ações culturais, musicais, teatrais e literárias.

Nesses 16 anos, publicou 15 livros, entre antologias e livros autorais de participantes do sarau. Atua em escolas do bairro e em bibliotecas, Centros de Educação Unificado (CEUs), SESCOs, Fábricas de Cultura, Centro Cultural da Juventude (CCJ) e em cidades do interior de São Paulo e outros estados. Participou da 40ª feira do Livro em Buenos Aires, na Argentina, e do IV Encontro Internacional de Poesia Hablada, em Havana, Cuba.



Os saraus constroem narrativas, abrem caminhos, fortalecem as lutas, celebram o encontro cultural entre poetas, artistas e moradores do bairro. Estas fotos partilham a memória desses encontros.”

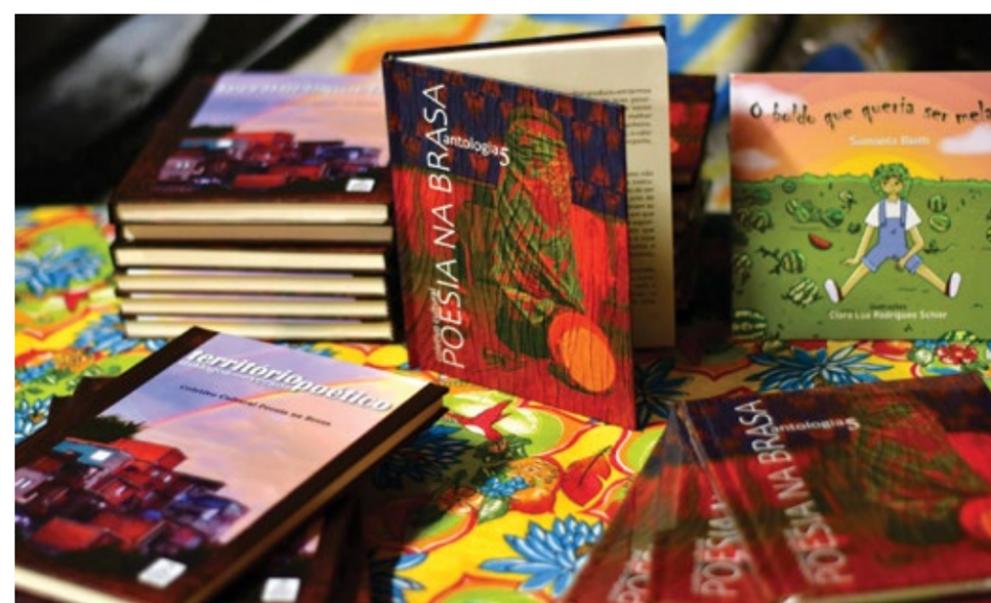


Oficina de Artes no Sarau da Brasa. São Paulo (SP). Foto: Sonia Bischain

Apresentação musical no Sarau da Brasa. São Paulo (SP). Foto: Sonia Bischain



Publicação de livros pelo Sarau da Brasa. São Paulo (SP). Foto: Sonia Bischain



Trupe Literatura Andante formada por organizadores do Sarau da Brasa e Sarau Elo da Corrente. São Paulo (SP). Foto: Sonia Bischain



As manifestações dos invisibilizados

Por Thomas Bauer

Capturar momentos, lugares e pessoas, que celebram crenças e costumes de maneira coletiva e diversa, seja por meio de danças, sambas e/ou folias, tem um valor inestimável. O registro das manifestações culturais de grupos sociais invisibilizados e/ou esquecidos, ajuda a combater a discriminação e o preconceito, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

“

Neste sentido, espero estimular o interesse e a busca por mais informações e reconhecimento, bem como ajudar na visibilidade e na preservação da cultura popular para gerações futuras.”

Tambor de Crioula tradição secular que se mantém viva. Balsas (MA), 2017. Foto: Thomas Bauer



As lavadeiras do rio. Saúde (BA), 2016. Foto: Thomas Bauer



Giro da Folia da Barrinha na comunidade Torrada. Serra Dourada (BA), 2017. Foto: Thomas Bauer



Folia de Reis do Salto passando de casa em casa na comunidade. Correntina (BA), 2018. Foto: Thomas Bauer

Raízes que celebram: a festa do Maracatu e culturas populares

Por Mauricio Velloso

Em comemoração aos sete anos de existência do grupo de Maracatu Mar de Kaiala, a cidade de Cananéia, litoral do Estado de São Paulo, se transformou em um verdadeiro palco de tradições e ritmos. O evento, que ocorreu nos dias 2 e 3 de agosto de 2024, reuniu uma rica diversidade cultural, congregando grupos de capoeira, coco de roda e outras manifestações populares, em uma celebração que foi muito além da música e da dança. A festa começou com apresentações vibrantes, em que cada grupo trouxe à tona a força e a beleza de suas tradições, em um espetáculo que cativou moradores e visitantes.

O ponto alto foi o cortejo pelas ruas da cidade, no qual os participantes, vestidos com roupas coloridas e adereços típicos, desfilaram ao som dos tambores e das melodias que ecoa-

vam. O Maracatu liderou a caminhada, carregando consigo sua simbologia e ancestralidade, enquanto os grupos de capoeira e coco de roda completavam a noite com performances cheias de energia e expressão corporal.

“

O evento não foi apenas uma comemoração, mas também uma homenagem à cultura popular brasileira, reafirmando a importância de manter vivas essas tradições. Cananéia, com sua atmosfera acolhedora, tornou-se o cenário perfeito para celebrar a união, a história e a arte que conectam as pessoas através do tempo e da diversidade cultural.”



A capoeira ganha vida em um encontro de corpos e movimentos, dançando a história e a resistência. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso



Com um giro vibrante, a dança floresce, conectando tradição e alegria em cada passo. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso



Os tambores marcam o ritmo enquanto as saias giram, transformando a dança em uma celebração visual e sonora. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso



Uma dançarina em traje tradicional roda em meio a um cortejo cultural nas ruas de Cananéia. Cananéia (SP), 2024. Foto: Mauricio Velloso

Sonia Regina Bischain nasceu e morou na Vila Penteado, distrito de Brasilândia, em São Paulo. É editora independente, escritora, fotógrafa e designer gráfica. Diagramou e ilustrou inúmeros livros de autores da periferia de São Paulo. É uma das organizadoras do Sarau da Brasa, desde o seu início em 2008. Participou em muitas antologias poéticas, algumas bilíngues, e em eventos literários no Brasil, França, Cuba, Paraguai, Chile e Argentina. Autora de livros de poesia, contos, crônicas, romances e fotografias. Seu romance *Nem tudo é Silêncio* foi estudado na Universidade de Brasília e, também, na Universidade de Sorbonne, onde a autora foi convidada para falar de sua obra.

>> Conheça mais em: [@soniabischain](https://www.instagram.com/soniabischain) / www.facebook.com/soniabischain / www.facebook.com/soniareginabischain

Thomas Bauer é nascido em Vorarlberg, na Áustria. Formou-se como construtor de barcos e, em seguida, passou a atuar na área social. Participou da Academia Social Católica – ética social, economia e política – em Viena, prestou serviço civil na Paróquia de Frastanz e, logo depois, mudou-se para o Brasil, em 1996. Vive na Bahia e, desde que chegou, coopera com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e atua como fotodocumentarista, *filmmaker* e contador de histórias, contribuindo com pastorais sociais, movimentos, redes, articulações, organizações não governamentais e a mídia independente.

>> Site: www.thojbauer.com

Mauricio Velloso é fotógrafo no Vale do Ribeira desde 2002, especializado em eventos e cultura popular. Sua arte celebra a conexão entre as pessoas e suas histórias.

>> Conheça mais em: [@mvellososfotografia](https://www.instagram.com/mvellososfotografia) / [@maracatumardekaiala](https://www.instagram.com/maracatumardekaiala) / [@nagingadamare](https://www.instagram.com/nagingadamare) / [@povosdamataatlantica](https://www.instagram.com/povosdamataatlantica)

ROTEIRO FORMATIVO

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 12

ABR/MAIO/JUN 2025

TRILHA DE SABERES



Já está em suas mãos o “Roteiro formativo – Trilha de Saberes” da 12ª edição da Revista Casa Comum, uma publicação de iniciativa do Sefras – Ação Social Franciscana em parceria com importantes atores, como organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes.

A cada edição, a Revista Casa Comum traz à tona uma série de conteúdos que buscam ampliar a compreensão de diferentes públicos sobre as pautas de direitos fundamentais, bem como

gerar e produzir conhecimento, possibilitando uma formação permanente para quem atua e para quem quer atuar nessas agendas.

Assim, este roteiro se propõe a apresentar uma sugestão de Trilha de Saberes para que educadores e educadoras, ou seja, todos e todas que promovem atividades com grupos, coletivos, movimentos, espaços escolares etc. possam explorar todo o conteúdo da Revista em momentos de encontros, rodas de conversa e formações, incentivando a reflexão e o engajamento de cidadãos e cidadãs em iniciativas de transformação social.

O que compõe a Trilha de Saberes

A Trilha é formada por um ponto de partida, que traz o tema norte e a base conceitual, além de três encontros, que percorrem um caminho educativo que visa:

1. Conhecer o tema;
2. Refletir; e
3. Agir.



Acceça outros conteúdos em: revistacasacomum.com.br



Agentes culturais de cultivo do cuidado

O artista Milton Nascimento na música *Nos bailes da vida* (1981) diz que “cantar era buscar o caminho que vai dar no Sol”. E, aqui, podemos ampliar: cantar, dançar, interpretar, escrever poesia, contar uma história, fotografar, tocar um instrumento, grafitar, fazer uma rima, e tantas outras formas de construir saberes e se expressar, são caminhos que nos levam, enquanto indivíduos, comunidade e sociedade, ao Sol. Esse Sol metafórico, figura de linguagem muito utilizada nos processos poéticos, pode ter muitos significados, como: bem-estar, sentido da vida, um mundo melhor, um local iluminado, o local onde a vida é mais bonita e aquecida.

Fazer arte é contar mais uma história, dessas muitas histórias que falam quem nós somos, o que denunciamos e o que desejamos. Como afirma o artista Denilson Baniwa, “a arte não se desliga da vida”, pois viver é o fazer arte e cultura (Rkain, 2020). E, como diz o ativista e defensor dos direitos dos povos indígenas, ambientalista, filósofo e escritor, Ailton Krenak (2019), se contarmos mais uma história, adiamos um pouco mais o fim do mundo.

Sendo assim, esta Trilha de Saberes nos convida a sermos agentes culturais de cultivo do cuidado, nessa conexão arte-vida, para cantar mais uma história, rumo ao Sol de Milton Nascimento.

Entendendo a cultura como ação política, e considerando que política se faz todo dia e toda hora, podemos entender cultura como a capacidade dos seres humanos de se relacionar com o ausente, transformando-o em símbolos, por meio da linguagem e do trabalho, como afirma Marilena Chauí (2008, p.55):

“A palavra cultura, vinda do verbo latino colere, significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, da agricultura, com as crianças, da puericultura, e com os deuses e o sagrado, do culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa

ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.”

Cultura é cuidar, cultura é cultivar. Cultivamos para termos frutos, alimentos, bem-estar. Cultura é transformar e resistir.

Margareth Menezes, em entrevista à Revista Casa Comum nesta 12ª edição (leia em Papo Reto, p.17), diz que: *“É na cultura que mora a alma do povo, os valores, a liberdade de pensamento, resistência e a prática da cidadania. A cultura também é uma poderosa ferramenta para promoção de justiça e superação de desigualdades sociais. Por isso, esses regimes buscam controlar a narrativa cultural para impor sua visão política e eliminar tudo que desafie suas bases de poder.”*

A fala da Ministra da Cultura remonta aos Anais da II Conferência Nacional da Cultura de 2010 (Rotta & Coelho, 2010, p.33) que indicam as três dimensões da cultura e embasam as políticas públicas da área: a dimensão simbólica (e também estética), a dimensão econômica e a dimensão cidadã.

Essas dimensões tratam dos processos de compreensão de que a cultura não é apenas decorativa ou entretenimento. Aborda e colabora com o desenvolvimento econômico e social, sendo meio para participação política. E, nesse sentido, também é meio de resistência.

E para nós, educadores(as), é fundamental pensarmos e convidarmos nossas comunidades para serem agentes culturais de cultivo do cuidado. Para tal, podemos seguir a proposta de Ana Mae Barbosa – arte-educadora brasileira, referência mundial na área –, que defende a importância da cultura e da arte-educação para o desenvolvimento da criatividade e da capacidade crítica. Ela é considerada uma pioneira na luta por esse direito no Brasil e na América Latina.

Ana Mae Barbosa (2010) sistematizou a Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais, que trata de um caminho de promover arte e cultura em espaços educativos formais (como escolas) e não formais (como museus, centros culturais e comunitários etc.) tendo base nas ideias do educador Paulo Freire. Essa abordagem

compreende três momentos: o ler arte, o fazer arte e o contextualizar arte, sendo que acontecem de forma concomitante e complementar.

- O ler busca a observação, compreensão dos detalhes e do todo. Ler um quadro no museu, ler um grafite na rua, ler um bloco de maracatu ou o afoxé passando, ler a poesia etc.
- O fazer busca a prática: o fazer arte que compreende toda a gama de expressões e linguagens da arte.
- E, o contextualizar, refere-se ao processo de conectar as reflexões, leitura e produção ao contexto da comunidade. Como as produções artísticas mundiais conversam e influenciam o que chega na comunidade? Quais críticas e aprendizados podem ser feitos? O que da minha comunidade dialoga com contextos de outros territórios?



Para ler, para ver e para ouvir:

Convidamos você, educador(a), para, antes de iniciar a Trilha de Saberes:

- Assistir ao vídeo *Escritos de Marilena Chauí | O que é cultura?* Grupo Autêntica, 2018. Disponível em: bit.ly/RCC_12_45
- Assistir ao vídeo do discurso de posse da Ministra de Cultura, Margareth Menezes. Canal Gov, 2023 (de 56'26" a 1h21'46"). Disponível em: bit.ly/RCC_12_46
- Ler o texto IPEAFRO. Adinkra. Disponível em: bit.ly/RCC_12_47
- Ler o livro *Liberdade artística: sob a perspectiva do direito internacional dos direitos humanos*, do Artigo 19 (coordenação Raquel da Cruz Lima. 1. ed., São Paulo: ARTIGO 19, 2024). Disponível em: bit.ly/RCC_12_48

A partir do ler, fazer e contextualizar pode ser estabelecido um caminho de compreensão local e ação política, por meio do desenvolvimento.

A proposta das Trilhas de Saberes já segue um caminho da Abordagem Triangular, pelo conhecer, refletir e agir. Assim, nos encontros que propomos, também os(as) participantes são convidados(as) tanto a mergulhar e construir saberes quanto contextualizar e produzir ações de transformação.

Nessa perspectiva, ser agente cultural é estar comprometido com a memória, a transformação social, com as narrativas comunitárias, ancestrais e com o desenvolvimento da identidade plural. E, por isso, um agente cultural cultiva o cuidado de si, dos outros e do planeta.



Referências citadas no texto:

- BARBOSA Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: Anos 1980 e novos tempos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BARBOSA, Ana Mae et al. **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez Editora, 2010b.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, n. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: bit.ly/RCC_12_42
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NASCIMENTO, Milton; BRANDT, Fernando. **Nos Bailes da Vida. Caçador de mim**. Phillips, 1981.
- RKAIN, Jamyle. **A arte não se desliga da vida – entrevista com Denilson Baniwa**. ARTE!Brasileiros, 2020. Disponível em: bit.ly/RCC_12_43
- ROTA, Vera; COELHO, Maria José H. (Orgs.). **Anais II Conferência Nacional de Cultura**. Brasília-DF, Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: bit.ly/RCC_12_44



Organize os materiais: cartões coloridos para anotações, cartolinas, folhas de papel, canetinhas, canetas e/ou lápis, fita crepe, barbantes, fitas coloridas, fita crepe de cores variadas, papel kraft etc.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Faça o acolhimento de boas-vindas dos(as) participantes compartilhando o tema que será trabalhado na sequência de encontros: *Agentes culturais de cultivo do cuidado*.

Aquecimento:

Convide todos(as) a caminhar pelo espaço reconhecendo os(as) demais presentes, olhando nos olhos. Em alguns momentos, peça para que parem e oriente para que se cumprimentem dizendo o nome e de onde vieram. Se for possível, coloque uma música de fundo para tornar o momento mais acolhedor.

Após alguns cumprimentos, peça para formarem uma roda e pergunte quais pessoas dali se consideram artistas. Em geral, poucas pessoas se autodeclararam artistas, pois há uma compreensão de que artistas são apenas os(as) profissionais. Porém, para nós, entendemos que todas as pessoas que se envolvem com arte são um pouco artistas. Comente: quem toca violão, ou borda, ou faz pinturas em pano de prato ou canta na igreja, no terreiro ou até mesmo no chuveiro?

Anote quais artes as pessoas declaram que fazem. A ideia é descobrir como somos agentes da cultura e, muitas vezes, não percebemos.

Das artes declaradas, peça que as pessoas formem grupos (quem dança se reúne, quem canta se reúne etc.) Caso existam pessoas que dançam e cantam, estas podem se mover para o grupo que desejarem. E, para encerrar a abertura do encontro, inspire o grupo a conversar sobre as expressões que os conectam entre si.

Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam ver ou acessar os vídeos apresentados, caso seja possível.

Separe todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Separe as imagens do Retrato Brasil da 12ª edição da Revista Casa Comum. Caso você não tenha a revista impressa, basta acessar diretamente na plataforma: bit.ly/RCC_RetratoBrasil

Organize da forma que achar interessante os conteúdos do texto “Ponto de partida” para compartilhar com o grupo no encontro.

Selecione algumas informações da pesquisa *Cultura nas Capitais*. No campo “Resultados da pesquisa”, escolha por atividades culturais ou as capitais e faça uma busca que possa contribuir para o seu contexto. É possível selecionar os resultados por escolaridade, renda, cidade e atividade artística. Mesmo que você não viva na capital, pode selecionar os dados da capital mais próxima e apresentar ao grupo para provocar reflexões de comparação. Disponível em: culturanas capitais.com.br/



2. Roda de conversa

A partir da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa, comente que essa roda de conversa seguirá a partir dos três eixos: ler, fazer e contextualizar. Lembre-se de explicar que esses itens podem ser compreendidos de diversas formas, mas de maneira simplificada: o ler se refere a ler a obra de arte (ou o mundo); o fazer se refere a fazer arte, cultura (ou o fazer no mundo); e o contextualizar se à aproximação e à compreensão da arte e da cultura para o cotidiano, ou seja, como uma referência cultural conversa com o contexto da comunidade.

Vamos experimentar em todos os encontros da Trilha essa abordagem de diversas formas.

Parte 1

Ler as imagens e ler a situação:

Convide os(as) participantes a formarem grupos menores, de 4 a 6 pessoas. Apresente as fotografias do Retrato Brasil (p.52) da Revista Casa Comum para identificar olhares sobre algumas manifestações culturais brasileiras.

Peça para que cada grupo observe as imagens e conversem sobre:

- Quais elementos visuais chamam mais a atenção?
- O que provocou mais estranheza ou curiosidade?
- Quais destas manifestações são mais conhecidas pelo grupo?
- Quais manifestações artísticas estão presentes na sua comunidade ou na cidade?
- Você se sente um agente cultural?

O mapa do fazer:

Façam um Mapa Colaborativo Afetivo da Cultura Comunitária pensando na diversidade de manifestações artísticas. Vocês podem fazer o mapa em papel, onde traçam o bairro, comunidade ou cidade, e inserem os pontos culturais, artistas ou grupos que são representativos no tema da cultura local.

Dica: Caso haja internet disponível, você pode sugerir que os grupos acessem os sites indicados no Mobilize-se (p.44) da 12ª edição, para conhecer ou verificar se as manifestações e pontos culturais da comunidade já estão mapeados ou o que pode ainda ser inserido:

- Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): bit.ly/RCC_12_32
- Redes de Pontos e Pontões de Cultura: bit.ly/RCC_12_35
- Floresta Ativista: rede.florestaativista.org
- Mapa IberCultura Viva: mapa.iberculturviva.org

Contextualizar:

- Como é o contexto para a produção e expressão artística?
- Há apoio da prefeitura ou de outras instâncias de governo?
- Existem produções culturais que são mais valorizadas que outras? Se sim, vocês sabem dizer os motivos?

Em uma cartolina ou folha de papel, peça para os grupos produzirem um resumo do que foi elaborado em cada momento "ler, fazer e contextualizar".

Parte 2

Apresente alguns resultados da pesquisa *Cultura nas Capitais*. A sugestão é escolher a capital do estado para verificar como estão as atividades, lembrando que se o símbolo (bolinha) está acima da linha, a atividade está acima da média nacional. Se a bolinha estiver abaixo da linha, então o resultado se encontra abaixo da média. Peça para o grupo refletir sobre esses resultados, e sobre a situação da sua comunidade, se está próximo do resultado da capital do estado (se você não estiver em uma capital).

Com essa primeira reflexão, solicite que cada grupo apresente o seu resumo do "ler, fazer e contextualizar", do momento anterior.

3. Encerramento

Para finalizar este primeiro encontro, faça dois momentos de leitura coletiva a

partir do Raio-X (p.22) da 12ª edição da Revista Casa Comum. Leia para o grupo o box "O que diz a Constituição Federal de 1988" e cite que uma das propostas em âmbito federal é a produção de livros dos registros sobre o patrimônio cultural imaterial do Brasil, presentes no texto.

Na sequência, solicite que algumas pessoas leiam para o grupo os três depoimentos do quadro – *Mestras(es) fazedoras(es) de cultura*. As falas dessas(es) mestras(es) da cultura nos coloca à frente de histórias de vida voltadas a nutrir e preservar os saberes regionais.

Por fim, apresente o Mapa com expressões faladas em diversas partes do Brasil, que está na página 26 do Raio-X. Faça uma breve roda de conversa, que pode ser divertida, perguntando: Quais dessas expressões vocês já conheciam? Quais foram novidades? Vocês conhecem outras? Acrescentariam novas expressões ao mapa? etc.

Convide, inclusive, os(as) participantes para que pesquisem outras expressões locais em seus territórios para compartilhar no próximo encontro.



Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam ver ou acessar os vídeos apresentados, caso seja possível.

Separe todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, indicados na Trilha.

Prepare (se houver internet e caixa de som) a música *Sankofa*, de Amaro Freitas. Disponível em: bit.ly/RCC_12_49

Separe folhas de papel escritas com as dimensões da cultura: simbólica, econômica e cidadã, para serem distribuídas aos grupos.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Receba as pessoas, peça para o grupo se acomodar e apresente a imagem de *Sankofa*. São formas de identificar este adinkra, como estão abaixo:



Explique que Abdias do Nascimento, importante artista, político e professor explicou que *Sankofa* é um adinkra. Os adinkras são um "conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios" (IPEAFRO, s/d). E *Sankofa* traz como saber/significado "retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro" (Itaú Cultural, 2016).

Para cultivar nossa cultura, ser resistência e memória, o significado de *Sankofa* pode nos inspirar neste segundo encontro.

Fazendo conexão com *Sankofa*, apresente os versos do cantor e compositor Criolo, citados em sua entrevista no Em Perspectiva (p.41) da 12ª edição da Revista: "Hoje eu vim realizar todo sonho dos meus ancestrais. E deixar para trás todo pesadelo que os desfez."

Caso você tenha disponibilidade de internet e caixa de som, peça para o grupo fechar os olhos, para sentir a música *Sankofa*, do pianista Amaro Freitas. Você pode pedir para que abram os olhos ao final da música para assistir o último minuto, lendo os detalhes da imagem do videoclipe.

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Leitura

Retome os grupos formados no primeiro encontro. Apresente as três dimensões da cultura – dimensão simbólica e estética, a dimensão econômica e a dimensão cidadã – indicadas na II Conferência Nacional de Cultura de 2010 (você pode retomar o texto do "Ponto de partida"). Lembre que essas três dimensões qualificam cultura e arte não apenas em seu âmbito estético e de entretenimento, mas no seu aspecto político e econômico, sendo inclusive um fator de indicação de desenvolvimento de um país.

Distribua os textos da 12ª edição da Revista Casa Comum indicados, um para cada grupo. A proposta é que cada grupo leia, converse e anote em três folhas de papel, o que, nesse texto, se enquadra como dimensão econômica, simbólica e cidadã, utilizando uma folha para cada dimensão. Os(as) participantes não precisam se preocupar caso não preencham igualmente todas as dimensões. É apenas um exercício de leitura sistematizada.

EM DESTAQUE

Do interior à capital, da área urbana à rural: a cultura pulsa no Brasil (p.4)

PAPO RETO

Margareth Menezes: "É na cultura que mora a alma do povo" (p.17)

EM PAUTA

Documentando memórias para a perpetuação dos nossos saberes e fazeres (p.27)

EM PAUTA

Cultura e economia criativa agregam valor social e histórico, geram trabalho e impactam o PIB (p.30)

EM PERSPECTIVA

Criolo dá a letra: cultura se constrói no dia a dia (p.41)

CIDADANIA DIGITAL

O pós-humano crítico em seu estado atual (p.47)

Caso atue com grupos de crianças e adolescentes, separe o texto do Estação Criança (p.33), questionando sobre os caminhos de produção de arte e cultura pela infância e adolescência como participação política.

Já no encerramento, você pode optar por selecionar alguns tecidos e produzir no grupo uma instalação de Parangolés, inspirados na obra participativa do artista Hélio Oiticica. Os Parangolés são capas, faixas e bandeiras construídas com tecidos e plásticos, às vezes com frases políticas ou poéticas, e se tornam uma obra de arte quando as capas são vestidas e animadas pelos movimentos do corpo das pessoas que as vestem. Essa pode ser uma atividade-obra a ser feita com as crianças.

Saiba mais em: bit.ly/RCC_12_50

2. Roda de conversa

Nesse momento, instigados pelos textos lidos da Revista Casa Comum, peça para que os grupos apresentem as dimensões econômica, simbólica e cidadã percebidas nas matérias lidas. Forme um quadro reunindo as anotações feitas. Para a reflexão coletiva, você pode partir de citações abaixo que são destaques ao longo dos textos, ou selecionar outras:

VOZES EM AÇÃO

"A cultura salvou minha vida. O movimento negro, o hip hop e a literatura me transformaram. Hoje sou um escritor conhecido nacionalmente, e isso me traz uma responsabilidade enorme." Preto Michel (p.16)

EM PERSPECTIVA

"Em todos os cantos do país, as pessoas estão se dedicando e entendendo que a cultura é o caminho que encurta o encontro com o outro, para que as transformações possam acontecer. Pensar cultura nesse lugar é pensar ações de possibilidades." Criolo (p.41)

EM PAUTA

"A valorização da cultura indígena é ensinar os jovens da aldeia, para não perder o costume e a cultura, comer comidas tradicionais, usar nossos artesanatos, pinturas tradicionais, manter os mitos, histórias e contar para os mais novos!" Mopiri Suruí (p.28)

EM PAUTA

"Onde há muita escassez e uma diversidade de população, inevitavelmente vai haver criatividade para lidar com a desigualdade. É por isso que as regiões periféricas são tão criativas, mesmo em contextos de vulnerabilidade e de escassez de infraestrutura e de serviços básicos." Adriana Barbosa (p.31)

A partir das leituras e das citações, oriente o grupo a responder:

- Em uma perspectiva ampla, como vocês veem a cultura como construtora de uma sociedade?
- Na sua cidade ou comunidade, existem agentes culturais e artistas que movimentam a relação simbólica, econômica e cidadã?
- Como valorizar a cultura local e regional cuida dos saberes e fazeres dos mais antigos da comunidade e inspira os mais novos a recontextualizar e criar caminhos de produção de uma comunidade com mais direitos garantidos?

Dica: Você pode retomar o Mapa Colaborativo Afetivo da Cultura Comunitária feito no encontro 1, para que os(as) participantes possam refletir sobre os agentes e pontos de cultura indicados.

3. Encerramento

Convide um(a) artista, grupo ou manifestação local, e apresente para o coletivo. A dica é buscar diversificar as linguagens trazendo, principalmente, alguma manifestação coletiva que instigue o grupo a mexer o corpo, seguindo a disponibilidade e condição de cada pessoa, como uma roda de coco, ciranda ou mesmo experimentação teatral ou de dança.



Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Organize todos os textos selecionados da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Prepare o videoclipe da música *Para onde vamos*, de Carlos Rennó e Beto Villares. Disponível em: bit.ly/RCC_12_51

Acesse e separe o trailer do documentário *Slam Voz do Levante*, dirigido por Roberta Estrela D'Alva, entrevistada da 12ª edição da Revista Casa Comum. Disponível em: bit.ly/RCC_12_52

Organize os materiais: cartões coloridos para anotações, cartolinas, folhas de papel, canetinhas, canetas e/ou lápis, fita crepe, barbantes, fitas coloridas, fita crepe de cores variadas, papel kraft, *flip chart* e outros recursos que estiverem disponíveis. Esses materiais poderão ser utilizados para o "piloto" artista.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Inicie o encontro com a música *Para onde vamos*, de Carlos Rennó e Beto Villares, citada no Na Prática – *Artivismo: o poder das artes e da cultura na*

mobilização cidadã (p.35). Essa música faz parte de um processo colaborativo artista que conta com artistas e profissionais voluntários que apoiam a ideia da construção de um futuro, conforme indica a descrição da música: "onde as belezas e riquezas do nosso planeta, a nossa Casa Comum, sustentem de forma generosa a vida de todos os seres que aqui habitam, sem exceção."

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Inspiração

Para inspirar o agir, sugerimos que seja escolhida uma das matérias listadas e apresente um resumo para o grupo, que pode conter os trabalhos dos artistas citados, ou uma breve reflexão sobre a situação, legislação e projetos indicados:

MOBILIZE-SE

Criatividade impulsiona a cultura: conheça iniciativas que incentivam a mobilização nos territórios (p.44)

AGENDA DE PRESSÃO

Legislações em tramitação no Congresso Nacional buscam valorizar e proteger os fazedores da cultura popular brasileira (p.49)

VOZES EM AÇÃO

"A poesia marginal me tornou artista e me mantém viva, como um pulmão fora do corpo" (p.14)

"Eu sou um ser periférico e carrego meu território em meu corpo e em tudo o que faço" (p.15)

A partir disso, peça que retomem os grupos formados anteriormente, para que seja feita a leitura do Na Prática (p.35).

Após a leitura, convide o grupo a debater sobre os pontos que chamaram mais atenção nas histórias dos(as) artistas, assim como nas iniciativas apresentadas e legislações vigentes:

- Quais pontos comuns existem nessas ações de intervenção?
- O que esses agentes culturais buscam transformar em seus territórios?

- Como esses agentes culturais cultivam o cuidado em nossa sociedade ou comunidade?

2.2. Ação de mobilização

A proposta do "Agir" desta Trilha é criar uma ação de ativismo, ou seja, uma mobilização ativista sobre um tema importante na comunidade ou cidade, por meio da arte. Para isso, apresente o trailer do documentário *Slam Voz do Levante*, que é dirigido por Roberta Estrela D'Alva.

Os grupos devem assumir sua posição de agentes culturais e seguir o passo a passo abaixo, sabendo que, nele, estão presentes os processos do ler, fazer e contextualizar da arte-educação, como também as dimensões econômica, simbólica e cidadã da cultura:

- 1 - O que mobiliza o grupo? Para produzir uma ação artista, qual é a urgência a ser abordada?
- 2 - Qual tema queremos abordar: Meio ambiente, Saúde, Educação, Segurança pública, Intolerância religiosa, Diversidade etc.
- 3 - Qual linguagem será utilizada? Busque uma linguagem que alguém do grupo tenha experiência, ou que possam convidar artistas conhecidos que compartilhem essa prática. Os grupos podem se inspirar nas muitas manifestações presentes nas matérias: lambe-lambe, grafite, *slam*, poesia, fotografia, teatro, instalação artística, outras.
- 4 - Neste processo, o que estamos cultivando e cuidando em nossa comunidade?
- 5 - Como será realizada a proposta artista? Quem participará?

6 - Onde acontecerá a atividade? Em locais públicos da cidade? Em redes sociais? Em espaços comunitários?

7 - Quando será realizada?

8 - Faça um "piloto" ou rascunho, ou seja, um exemplo do que será realizado, para apresentar ao grupo.

9 - Laboratório de ideias artistas: peça para que os grupos apresentem suas propostas para o coletivo em 3 minutos. O coletivo terá 5 minutos para contribuir, criticar positivamente, indicar novas ideias e possibilidades.

10 - Cada grupo retorna e faz ajustes em sua proposta.

11 - A partir desse processo, combine com o grupo uma agenda para que as propostas sejam colocadas em prática.

Observação: Façam registros das ações artistas realizadas e enviem para a **Revista Casa Comum** pelo e-mail: contato@revistacasacomum.com.br

3. Encerramento

Retome os temas abordados reforçando que cultura é transformar e resistir. Relembre que as ações artistas devem ser colocadas em prática e compartilhadas com o grupo a partir da agenda coletiva definida.

Para finalizar, convide algum(a) artista no grupo que possa propor uma ação poética de despedida da formação.

Expediente

Roteiro formativo – Trilha de Saberes da Revista Casa Comum

Realização:
Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente
Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:
Fábio José Garcia Paes

Projeto e coordenação editorial:
Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Parceiro institucional:
ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação)
www.abpeducom.org.br

Parceiro para impressão e disseminação:
PAULUS Social

Criação do roteiro:
Maurício Virgulino – ABPEducom

Daniele Próspero – Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público

Revisão:
Marta Pachiella Martinez e Rodrigo Bueno

Projeto gráfico e diagramação:
Estúdio Oto

Ilustradora:
Marcela Weigert

Contato:

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás São Paulo/SP - CEP: 03009-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br

Site:
www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Realização  Sefras
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

Coordenação editorial  ESTÚDIOCAIS
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

Apoio



PAULUS Social: Publicação e impressão



DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

A PAULUS disponibiliza seu parque gráfico para a impressão gratuita de materiais de interesse do público da Assistência Social, oferecendo aos usuários e trabalhadores do SUAS a facilidade de receber informações sobre boas práticas e bens públicos produzidos para a cidadania.

A disseminação de informações e conhecimentos acerca da Política de Assistência Social é conduzida de modo a ampliar o entendimento sobre o SUAS e a melhoria das condições operacionais dos projetos sociais.

Este processo também contribui para a divulgação de experiências exitosas, dar visibilidade a boas práticas e a publicação de avanços teórico-práticos, sejam acadêmicos, empíricos ou em curso de implantação, contribuindo para a documentação, descrição, estímulo e instigação de novos direitos e horizontes para os usuários e demais atores do SUAS.



Utilize o QR Code para mais informações sobre o Programa de Publicação e Impressão

Informe publicitário

PAULUS.ORG.BR
paulus.social@paulus.org.br



**PAULUS
SOCIAL**



Colabore com a iniciativa Casa Comum

A iniciativa valoriza muito o "fazer junto".

Em todas as suas ações, envolve pessoas e iniciativas que promovem a mobilização para a justiça socioambiental, adotando o diálogo e a construção coletiva.

Por meio do seu apoio, poderemos ampliar nossas ações de informação, formação e engajamento multiplataforma em defesa dos direitos fundamentais em diferentes territórios do país.



Colabore por meio do PIX:

E-mail: revistacasacomum@sefras.org.br

Site: www.doe.sefras.org.br/casacomum

CASA COMUM

Sefras
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

Acesse a Trilha de Saberes da 12ª edição



www.revistacasacomum.com.br

 @RevistaCasaComum

Realização

Coordenação editorial



Apoio



PAULUS
SOCIAL



ABeducom

CASA COMUM